



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

JOSÉ JONAS SANTOS DE LIMA

**AMEAÇAS À DEMOCRACIA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE:
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE JAIR BOLSONARO
(2019-2022)**

**GUARABIRA-PB
2023**

JOSÉ JONAS SANTOS DE LIMA

**AMEAÇAS À DEMOCRACIA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE:
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE JAIR BOLSONARO
(2019-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Área de concentração: História e relações de poder.

Orientador(a): Prof^ª Dra. Dayane Nascimento Sobreira.

**GUARABIRA-PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L546a Lima, José Jonas Santos de.
Ameaças à democracia brasileira na contemporaneidade:
[manuscrito] : uma análise dos discursos antidemocráticos de
Jair Bolsonaro (2019-2022) / Jose Jonas Santos de Lima. -
2023.

56 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Dayane Nascimento Sobreira ,
Coordenação do Curso de História - CH. "

1. Bolsonaro. 2. Discursos Antidemocráticos. 3. Pós-
Verdade. I. Título

21. ed. CDD 981

JOSÉ JONAS SANTOS DE LIMA

AMEAÇAS À DEMOCRACIA BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Área de concentração: História e relações de poder.

Aprovada em: 14/11/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Dayane Nascimento Sobreira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Luiz Mário Dantas Burity
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A aqueles que foram vítimas do autoritarismo, considerando que essa é consequência final do discurso antidemocrático.

A aqueles que lutaram de todas as formas contra o autoritarismo e tiveram suas vidas ceifadas, pois, sem a luta dessas pessoas não viveríamos em um regime democrático tal como hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Conceição de Maria, e demais membros da família, que apesar das diferenças e dos momentos de incompreensão, me incentivaram durante toda a minha vida acadêmica.

Agradeço às amizades construídas durante o meu tempo no curso de História, em especial: Raylla, Vanêssa, Jackson, Matheus e Eduardo, pelos saberes, experiências e afetos que foram compartilhados durante nossa passagem pela UEPB.

Agradeço às professoras e professores que me acompanharam até aqui, em especial no Campus III da UEPB. Nesse ponto, destaco que foram fundamentais para a construção do meu conhecimento, algo que jamais esquecerei. Em meio a isso, cabe destacar as contribuições de Luciana Calisse, Alômia Abrantes, Luiz Mário e Edna Nóbrega, pois, trouxeram importantes experiências e trocas de saberes durante os meus períodos como monitor. Ademais, ressalto as contribuições da professora Susel Oliveira da Rosa e do professor Waldeci Ferreira Chagas, visto que tiveram um papel fundamental na construção das minhas perspectivas e visões de mundo.

Agradeço ao professor Durval Munir de Albuquerque Júnior, visto que foi essencial nas primeiras etapas, fornecendo um importante direcionamento para esse trabalho.

Agradeço à minha orientadora, a professora e doutora Dayane Sobreira, pela amizade construída, por todo o apoio fornecido na elaboração desse trabalho, pelos conselhos e contribuições em minha formação.

Agradeço à banca examinadora, que teve participação da Profa. Dra. Joedna Reis de Meneses e do Prof. Dr. Luiz Mário Dantas Burity. Destaco que seus apontamentos foram essenciais tanto para a análise do trabalho, como também para as reflexões acerca das próximas etapas da minha trajetória acadêmica, algo fundamental nesse momento tão importante.

Agradeço às funcionárias e funcionários do Campus, em especial Rilane, que me ajudou em diversas questões durante meu tempo na Universidade.

Agradeço às historiadoras e historiadores, e demais referências que forneceram embasamento teórico para construção desse trabalho.

“O retrocesso democrático hoje começa nas urnas”
(LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 17).

RESUMO

Essa monografia tem como objetivo analisar os discursos antidemocráticos do ex-presidente Jair Bolsonaro, especialmente entre 2019 e 2022. Para isso, foi feita uma breve análise de sua trajetória política e dos elementos que o conduziram ao cargo de Presidente da República, visto que esses fatores estiveram presentes na construção de uma narrativa em seus discursos. A seguir, foi analisado o temor de um novo golpe de Estado nos primeiros anos de seu governo, através dos muitos atos pedindo intervenção militar, que contaram com o incentivo e presença do então presidente. Analisamos a PEC do voto impresso, que buscava alterações no sistema eleitoral, e que foi acompanhada de diversos ataques do então presidente no questionamento da segurança do voto eletrônico, mesmo que não tenham sido apresentadas provas factuais de suas suspeitas. Ademais, foi analisada a produção desses discursos por uma perspectiva foucaultiana, destacando que a prática discursiva de Bolsonaro se tratava de uma seleção, de um processo de exclusão histórica que remete a uma vontade de verdade que ignorava o discurso oficial do TSE e as conquistas observadas após a implementação do voto eletrônico. Outrossim, destacamos a inserção desses discursos no fenômeno contemporâneo da pós-verdade, de um discurso produzido após os acontecimentos, de acordo com determinadas vontades e interesses, na sobreposição do campo do real por uma dada construção da realidade, ou seja, no desejo de que os as suspeitas geradas em torno do voto eletrônico tivessem algum embasamento factual, o que evidencia seu caráter antidemocrático. Após a análise da produção, foram destacadas as possíveis consequências desses discursos, visto que influenciaram os atos de contestação do resultado eleitoral de 2022, que culminaram em bloqueios nas estradas, acampamentos em frente a quartéis militares pedindo uma nova intervenção e, principalmente, na invasão dos prédios dos Três Poderes no dia 08 de janeiro de 2023.

Palavras-chave: Bolsonaro; Discursos Antidemocráticos; Pós-Verdade.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the anti-democratic speeches of former president Jair Bolsonaro, especially between 2019 and 2022. To do this, a brief analysis was made of his political career and the elements that led him to the position of president of the republic, since these factors were present in the construction of a narrative in his speeches. Next, we analyzed the fear of a new coup d'état in the early years of his government, through the many acts calling for military intervention that were encouraged and attended by the then president. We analyzed the PEC on the printed ballot, which sought to change the electoral system, and which was accompanied by several attacks by the then president questioning the security of electronic voting, even though no factual evidence of his suspicions was presented. In addition, the production of these discourses was analyzed from a Foucauldian perspective, highlighting that Bolsonaro's discursive practice was a selection, a process of historical exclusion that refers to a will to truth that ignored the official discourse of the TSE and the achievements observed after the implementation of electronic voting. Furthermore, we highlight the insertion of these discourses in the contemporary phenomenon of post-truth, of a discourse produced after the events, according to certain desires and interests, in the overlapping of the field of reality by a given construction of reality, that is, in the desire for the suspicions generated around electronic voting to have some factual basis, which highlights its anti-democratic character. After analyzing the production, the possible consequences of these discourses were highlighted, since they influenced the acts of contestation of the 2022 election result, which culminated in roadblocks, camps in front of military barracks calling for a new intervention and, above all, the invasion of the buildings of the Three Powers on January 8, 2023.

Keywords: Bolsonaro; Anti-Democratic Speeches; Post-Truth.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A TRAJETÓRIA DE JAIR BOLSONARO E O ENFRAQUECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	14
2.1. A trajetória política de Jair Bolsonaro e a eleição de 2018.....	14
2.2. A ameaça dos golpes institucionais no governo Bolsonaro.....	19
3. A PRODUÇÃO DISCURSIVA ANTIDEMOCRÁTICA: VONTADE DE VERDADE E PÓS-VERDADE.....	31
3.1. Possíveis consequências do discurso antidemocrático.....	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

O interesse por temáticas ligadas à história, política e relações de poder é algo que tenho desde a adolescência. Aos 16 anos, lembro-me de assistir a cobertura jornalística do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e de como esse contexto histórico impactou a formação da minha consciência política e social. Nesse sentido, logo busquei compreender o que estava ocorrendo no cenário nacional, quais os interesses e disputas entorno desse processo? Tivemos um Golpe de Estado em 2016? Recordo-me de refletir a respeito dessas questões, pois, na época, havia muitas narrativas respaldadas por diversos setores da sociedade que buscavam legitimar a queda da então presidenta, em especial a mídia tradicional, enquanto outros destacavam a derrubada de um governo democrático, progressista e voltado ao combate das desigualdades históricas do país. É sabido que aquele foi, antes de tudo, um golpe de gênero (RUBIM; ARGOLLO, 2018).

Dois anos após esse cenário, participei de minha primeira eleição presidencial enquanto eleitor, e logo pude constatar que esse contexto estava sendo fortemente influenciado pelas disputas e consequências do processo observado em 2016. Nesse panorama, pude acompanhar um processo eleitoral marcado pelos discursos de ódio do então candidato Jair Bolsonaro, sua defesa do Regime Militar e das torturas praticadas contra seus opositores, de seus ataques discursivos em relação à população negra, mulheres e aos grupos minoritários, assim, constituindo a ascensão de uma ideologia de natureza antidemocrática.

Com a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018, um clima de medo e incerteza em relação ao futuro pairava sobre seus opositores, que já temiam as possíveis consequências de seu governo. Baseado nisso, se tornou comum observar manifestações de seus apoiadores em várias regiões do país, nas quais pediam o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), do Congresso Nacional e uma intervenção das Forças Armadas que reestabelecesse o terrível Ato Institucional nº 5 (AI-5), que foi a principal ferramenta utilizada pela Ditadura Militar (1964-1985) para prisões e torturas de seus opositores, além de muitas outras violações dos direitos humanos.

Ademais, tais manifestações eram fortemente influenciadas pelos discursos do então presidente Bolsonaro, que próximo ao ano eleitoral, 2022, passou a concentrá-los no ataque ao sistema eleitoral, assim, buscando convencer a sociedade de que tal sistema seria inseguro, embora nunca tenha comprovado essa suspeita. Além disso, defendeu a necessidade de mudanças para garantir sua maior segurança e transparência, porém, sua principal proposta nesse sentido teve um caráter vago que impossibilitava sua implementação, e que poderia levar

o país rumo a graves retrocessos. Desse modo, como muitos outros brasileiros, eu observava os noticiários e me perguntava: como chegamos a isso? Como poderia haver manifestações de tal natureza na atualidade? Assim, busquei na História, e suas conexões com as áreas da Ciência Política, Filosofia, Sociologia, entre outras, a compreensão desse cenário, e esse foi um ponto fundamental para o meu de ingresso no curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

No decorrer do curso de História, pude compreender as nuances do fazer historiográfico e seu papel na construção da realidade, na produção de sentidos e verdades, através de autores e autoras que abordarei adiante e que fornecem um importante embasamento teórico para a análise historiográfica de determinados contextos históricos, entre eles o tempo presente, pois, tal como pontua Marc Bloch, a história é vida, uma ciência que estuda o presente, pois, é daí que partem nossos questionamentos, buscando no passado o respaldo para sua compreensão (BLOCH, 2001). Além disso, também destaco meu contato com as contribuições do filósofo francês Michel Foucault para a análise das relações de poder na história e sua contribuição para o estudo do cenário brasileiro pesquisado.

Além disso, espero que a análise desse contexto recente e sua conexão com o passado autoritário brasileiro possam elucidar esse cenário, especialmente para aqueles que o consideram pouco relevante, subestimando o fato de que ele poderia levar ao restabelecimento de um regime autoritário, de perseguições políticas, da prática indiscriminada da tortura, do cerceamento de liberdades e demais violações dos direitos humanos, tal como ocorreu em nossa história em um passado não tão distante e que ainda impacta os dias atuais.

Tendo em vista esse panorama, considero de vital importância analisar as ameaças à democracia brasileira na contemporaneidade, considerando que embora a defesa da democracia seja comumente imaginada como consolidada e de interesse público, podemos observar o surgimento de ameaças recentes que colocam em risco a continuidade do regime democrático. Assim, destaco que essa pesquisa tem como objetivo geral a abordagem do seguinte questionamento: como os discursos de um presidente eleito podem representar uma ameaça para a continuidade da própria democracia, considerando que tal problemática se tornou um motivo de preocupação recorrente no Brasil, em especial durante o governo Bolsonaro?

Desse modo, no segundo capítulo desse trabalho, intitulado: “A trajetória de Jair Bolsonaro e o enfraquecimento das instituições democráticas”, será feita uma contextualização do passado recente brasileiro. Esse capítulo se subdivide em duas partes e na primeira subdivisão será abordada a trajetória de Bolsonaro enquanto político, e os fatores que influenciaram sua vitória eleitoral na eleição presidencial de 2018. Nessa perspectiva, cabe

analisar fatores como sua inserção dentro do conceito dos “outsiders políticos”, do sentimento antissistema que foi criado entorno dele, e como isso trouxe visibilidade e projeção nacional aos seus discursos. Ademais, também cabe analisar como a antipolítica e o antipetismo influenciaram sua vitória.

Na segunda subdivisão desse capítulo, será analisada a correlação entre a atuação do ex-presidente e a perspectiva dos chamados “golpes institucionais” proposta pelos cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt no livro *Como as democracias morrem* (2018). Nesse cenário, cabe pontuar o fato de o ex-presidente ter promovido abertamente dúvidas em relação ao próprio sistema eleitoral que o conduziu ao poder, o que pode ser relacionado com sua baixa possibilidade de reeleição, demonstrando que os ataques promovidos atuam com base em interesses escusos, caracterizando uma séria ameaça antidemocrática. Desse modo, é importante destacar que a atuação de Bolsonaro buscava a alteração das regras eleitorais vigentes em benefício próprio, assim, buscando promover a continuidade de seu governo, e com isso, é preciso compreender como ocorre a consolidação dessa ameaça golpista, para que seja possível problematizá-la e evitá-la, tendo em vista o impacto dessa questão nas relações de poder entre indivíduos e instituições.

Nessa linha, embora a obra citada acima seja voltada especialmente para o cenário estadunidense sob a figura de Donald Trump, é possível utilizá-la para estudos acerca de outros países e agentes políticos, visto que a problemática dos golpes institucionais vem sendo observada em diversos lugares. Em meio a isso, cabe estabelecer uma diferenciação histórica entre as formas recentes de colapso das democracias destacadas por Levitsky e Ziblatt, e os golpes tradicionais, tal como o que ocorreu no Brasil em 1964, assim, cabendo abordagem do livro *Brasil: uma biografia*, das historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), além da obra: *1964: História do regime militar brasileiro*, de Marcos Napolitano (2014). Com isso, pretendo estabelecer um contraste entre a tomada de poder em 1964, e a perspectiva dos golpes institucionais observados nos últimos anos, destacando o risco do estabelecimento de um regime autocrático no Brasil atual através das próprias instituições, embora de forma lenta, gradual e quase imperceptível, fomentado pelos ataques discursivos de um presidente eleito ao próprio sistema eleitoral, e que proporcionou sua chegada ao poder.

Dentro dessa discussão, será abordada a Proposta de Emenda à Constituição 135/2019, conhecida como “PEC do voto impresso”, que representa um ponto essencial da inserção da atuação de Bolsonaro dentro da perspectiva dos golpes institucionais. Nesse sentido, é importante analisar como essa PEC foi apresentada como possível “aprimoramento” do nosso sistema eleitoral, quando na verdade visava o enfraquecimento da democracia. Desse modo,

cabe a abordagem da proposta como parte de um empreendimento golpista que tinha como principal objetivo embasar os discursos antidemocráticos de Bolsonaro, quando eram proferidas suspeitas incomprovadas a respeito do voto eletrônico e de como essa construção narrativa influenciou fortemente na contestação do resultado eleitoral de 2022, no qual o então candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, foi derrotado.

No terceiro capítulo, intitulado “A produção discursiva antidemocrática: vontade de verdade e pós-verdade”, serão abordadas as falas inverídicas e falaciosas dos ataques do presidente Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral brasileiro e em especial à segurança e integridade das urnas eletrônicas. Nesse âmbito, torna-se imprescindível analisar como ocorre a construção de tais discursos, seus elementos característicos, e como eles atuam no engajamento da base de apoio do então presidente e candidato à reeleição. Para isso, será feita uma análise ancorada em algumas obras do filósofo francês Michel Foucault, tais como *A ordem do discurso* e *A Microfísica do Poder*, que fornecem um embasamento teórico para o modo como o discurso está diretamente ligado ao exercício do poder, pela construção de verdades e a sua imposição pela exclusão de outras, pela condução de sujeitos.

Nesse ponto, abordaremos como essa construção está alicerçada na imposição de uma verdade que só encontra embasamento no campo da narrativa, na exclusão de outras verdades e no desejo de que um dito enunciado seja de fato verdadeiro, o que está diretamente relacionado ao fenômeno contemporâneo da pós-verdade, que tem como um de seus resultados a difusão das Fake News, que são informações falsas fabricadas com o objetivo de embasar determinadas narrativas. Assim, buscaremos argumentar que os discursos proferidos por Bolsonaro se encontram nesse campo da narrativa, visto que o ex-presidente nunca apresentou provas factuais de suas suspeitas contra a segurança do sistema eleitoral.

Assim, considerando a natureza dessa produção discursiva, analisaremos como ela promove a descrença em nossas instituições democráticas, e facilita a consolidação de sérias ameaças, como é o caso dos golpes institucionais destacados por Levitsky e Ziblatt (2018). Além disso, vale destacar que essa problemática da pós-verdade é uma das principais características das falas antidemocráticas de Bolsonaro, em especial no tocante aos ataques falaciosos e inverídicos à segurança das urnas eletrônicas, visto que esse fenômeno se baseia na sobreposição do real pela narrativa, na ignorância dos fatos pelo desejo que uma determinada construção da realidade adquira o status de uma verdade factual, seja por desejo, medo ou outras justificativas.

Nessa linha, para análise do contexto em que essa produção discursiva está inserida, pretendo trazer para a conversa os autores Yuval Harari (2018), Lucia Santaella (2018) e

Giuliano da Empoli (2019), considerando que suas obras fornecem um significativo embasamento para o estudo do impacto da pós-verdade e das Fake News na política do tempo presente. Ademais, nessa parte cabe analisar como ocorre a difusão dessas verdades construídas em meio a esse fenômeno, que se relaciona ao panorama das redes sociais enquanto espaços de intensa circulação de informações, mas, também, de concentração de certos enunciados em determinados espaços que não permitem um debate desconstrutivo por invalidar outras verdades, tal como ocorre nos grupos do WhatsApp e Telegram, o que pode ser relacionado ao conceito foucaultiano de “doutrina” (FOUCAULT, 1996). Para isso, as obras de Foucault também serão essenciais.

Ademais, esse capítulo terá uma subdivisão focada em discutir as possíveis consequências dos discursos antidemocráticos do ex-presidente Jair Bolsonaro, considerando que tais ações puderam acarretar desdobramentos como os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023, que caminham para retrocessos extremamente preocupantes. Nessa linha, cabe analisar como a produção discursiva antidemocrática atuou na condução de determinados sujeitos em meio às lutas entorno do desejo de poder e das estratégias para seu exercício, assim, influenciando dados acontecimentos que ocorreram após as eleições de 2022 e que podem ser diretamente relacionados a essa prática discursiva. Alguns desses discursos nos serão tomados como fontes.

Desse modo, nessa monografia, buscamos analisar e compreender a ocorrência dessa problemática diretamente ligada ao histórico do nosso país, e em especial ao tempo presente, trazendo destaque aos caminhos contemporâneos que levam ao declínio de regimes democráticos, e como os determinados discursos políticos são construídos de modo a embasar tal ameaça antidemocrática no contexto brasileiro. Nessa linha, com base na teoria foucaultiana, considero importante apresentar os mecanismos discursivos utilizados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro que promovem a manipulação das massas rumo ao enfraquecimento das instituições democráticas, na descrença em relação ao sistema vigente, por meio de informações inverídicas e falaciosas em meio a um fenômeno que tem ganhado destaque nos últimos anos ao exercer influência no campo da política. Assim, espero promover o entendimento de que embora tenhamos uma (falsa) noção de que os fundamentos democráticos estejam permanentemente consolidados em nossa sociedade, sua manutenção necessita de um esforço constante, considerando tanto nosso passado autoritário quanto às ameaças contemporâneas.

2. A TRAJETÓRIA DE JAIR BOLSONARO E O ENFRAQUECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

2.1. A trajetória política de Jair Bolsonaro e a eleição de 2018

Em 2018, o capitão reformado do Exército Brasileiro Jair Messias Bolsonaro disputava a eleição presidencial. Em meio a isso, o candidato se apresenta como uma alternativa contra a chamada “velha política”; dizia defender os chamados “valores familiares e tradicionais”, o combate à corrupção e à criminalidade, entre outras pautas que encontravam a aprovação de grande parte do eleitorado. Ademais, o candidato já podia ser enquadrado na categoria dos chamados “outsiders políticos”, termo que remete a candidatos e outras figuras publicamente influentes que não se identificam com os próprios elementos da política tal como ela é tradicionalmente imaginada (BUGALHO, 2020), e se colocam com uma alternativa contra o sistema ao qual fazem parte, mesmo que muitas vezes sejam integrantes assíduos desse âmbito, como é o caso do próprio Jair Bolsonaro, que foi deputado federal pelo Rio de Janeiro por quase 30 anos (entre 1991 e 2018).

Uma outra contradição de sua classificação como outsider político está no fato de que antes de deputado federal, ele foi vereador pelo Rio de Janeiro entre 1989 e 1991. Já nessa época, Bolsonaro dizia defender pautas como “o combate à corrupção e a defesa da moralidade”, mas sua principal “luta” era contra os funcionários fantasmas da Câmara Municipal (DAL PIVA, 2022). Entretanto, logo esse suposto empenho foi deixado de lado, pois, ao chegar na Câmara dos Deputados ele nomeou seu sogro para um cargo público, embora ele nunca tenha deixado sua residência no interior do estado do Rio de Janeiro, como destaca a jornalista Juliana Dal Piva (2022). Esses fatores contribuem para a desconstrução da ideia dos outsiders políticos enquanto figuras anticorrupção ou antissistema, visto que muitos praticam aquilo que dizem condenar, e o discurso acaba por atrair expressivas votações que no fim apenas reafirmam tais práticas sistemáticas.

Já em seu período como deputado, Jair Bolsonaro possuía um longo histórico de falas violentas e extremamente desumanas. Em 1999, ele afirmou: “o voto não vai mudar nada no Brasil. Só vai mudar infelizmente quando partirmos para uma guerra civil, fazendo um trabalho que o regime militar não fez. Matando uns 30.000”, em uma entrevista para a TV Bandeirantes¹.

¹ ARIAS, Juan. O voto não vai mudar nada no Brasil. Só vai mudar infelizmente quando partirmos para uma guerra civil, fazendo um trabalho que o regime militar não fez. Matando uns 30.000. VEJA, 06/04/2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/bolsonaro-defendeu-guerra-civil-por-juan-arias>.

Em 2015, ao ser questionado sobre a permanência da presidenta Dilma Rousseff no poder ele afirmou: “espero que o mandato dela acabe hoje, infartada ou com câncer, ou de qualquer maneira”², e vale destacar no ano seguinte ao declarar seu voto favorável ao impeachment da presidenta ele homenageou a memória de um torturador, Ustra, que inclusive havia sido um dos torturadores de Dilma em seu período de luta contra a ditadura (BUGALHO, 2020). Embora essas falas tenham sido proferidas em temporalidades distintas, ambas demonstram a persistência do deputado em seu desprezo pela vida e em sua misoginia. No caso da última fala, representa também uma caricatura do que foi esse contexto histórico de 2016, um processo que teve como uma de suas bases a concentração do ódio e do machismo entorno da figura da presidenta Dilma Rousseff (RUBIM; ARGOLO, 2018). Em meio a esse histórico de falas, cabe o questionamento: como tais falas não impediram sua vitória? Esses discursos foram banalizados e relativizados, se sim, como?

Um fator que influenciou a vantagem eleitoral de Bolsonaro foi seu tempo de exposição na televisão aberta, que, durante seu tempo como deputado, ainda era um importante meio com demasiada importância. Nessa perspectiva, cabe destacar que programas como SuperPop, Pânico e CQC foram espaços essenciais para a difusão das ideias de Bolsonaro e sua projeção nacional, visto que naquele contexto as redes sociais ainda estavam conquistando relevância (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Quando o então deputado proferia suas falas absurdas, o telespectador o via como “audacioso”, alguém que fala a “verdade” sem medo das consequências, mesmo que essa verdade seja construída em parâmetros questionáveis e objetivadas no incentivo ao ódio contra determinados grupos sociais; esse fator foi um importante ponto para a trajetória de Bolsonaro, levando-o do baixo clero da Câmara dos Deputados para a presidência da república.

A estratégia utilizada por Bolsonaro nesses programas de TV era baseada no objetivo de alcançar parcelas da população insatisfeitas com os rumos políticos do país, e com as conquistas sociais de determinados grupos na luta por direitos, como negros, mulheres, indígenas e do movimento LGBTQIA+. Para isso, ele recorreu a falas extremadas como forma de ganhar destaque nas mídias e alcançar as mentes dos brasileiros, o que foi um fator importante para a conquista de apoio até mesmo em setores que costumavam apoiar candidatos de esquerda, como era o caso da periferia (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Desse modo,

² AMADO, Guilherme. Bolsonaro já desejou morte de Dilma “de câncer ou de infarte”. O Globo, 15/06/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/bolsonaro-ja-desejou-morte-de-dilma-de-cancer-ou-de-infarte-23742421>.

podemos observar que se por um lado esses grupos estavam ganhando espaço na sociedade, do outro, setores se indignavam com a perda de privilégios e, ao abraçar as falas de Bolsonaro, demonstravam os preconceitos que por vezes tentaram esconder.

Após ganhar notoriedade na televisão, ele logo passou para o terreno das redes sociais, que também constituíram um meio essencial para a difusão de suas ideias, porém, agora com um alcance muito maior. Redes como Twitter, Facebook, Instagram e WhatsApp facilitaram um contato mais direto com seus eleitores, um dos principais meios de sua campanha, o que explica sua ausência na maioria dos debates presidenciais. Ao analisar as ideias difundidas nesses meios vemos que a vitória de Bolsonaro em 2018 pode ser compreendida através de dois pilares centrais: a antipolítica e o antipetismo, como destaca Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2023).

O princípio da antipolítica se baseia no desmerecimento do debate de ideias, na descrença de que a atividade política possa solucionar os muitos problemas vivenciados pela população, na desqualificação dos serviços públicos, na crença que o sistema está totalmente corroído e que não existem soluções efetivas na política tradicional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2023). Essas noções foram capitaneadas pelo candidato Jair Bolsonaro durante a eleição presidencial de 2018; muitos viam nele uma alternativa aos problemas do país, e essa crença ia de encontro ao conceito do outsider que poderia empreender mudanças radicais no sistema corrupto e inefetivo, visto que muitos lhe atribuíam uma ideia no sentido de “contra tudo isso que está aí”³.

Ao abraçar a antipolítica, Bolsonaro passou a ser chamado de “mito” por seus apoiadores e toda e qualquer crítica direcionada à sua pessoa era vista como uma reação do “sistema”, que supostamente visava minar sua candidatura. Nesse ponto, trago alguns relatos vivenciados em diálogos com os meus parentes e amigos durante essa eleição. Recordo-me de uma conversa com uma amiga bolsonarista na qual questionei o motivo de seu candidato Jair Bolsonaro se recusar a participar de um debate que seria realizado na emissora de televisão Rede Globo, a resposta: “mas a Globo é contra ele”, ou seja, seu candidato não precisaria participar de um debate em que possa ser questionado e ter suas contradições evidenciadas em um canal que não esteja alinhado com suas ideias. Ademais, questionei parentes sobre as falas desumanas citadas anteriormente, a resposta: “as falas são antigas, ele mudou”, por mais recentes que fossem e pelo fato de o candidato não demonstrar esse arrependimento.

³ NOBLAT, Ricardo. Bolsonaro com pinta de Fernando Collor Por ora, ele corre atrás de tempo de propaganda no rádio e na televisão. VEJA, 23/05/2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/noblat/bolsonaro-com-pinta-de-fernando-collor>.

Ademais, era possível observar a crença de que as críticas ao candidato Bolsonaro faziam parte de uma grande conspiração do sistema envolvendo a imprensa, o setor político, o judiciário, entre outros, com o objetivo de beneficiar seu principal opositor, Fernando Haddad, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e essa ideia vai de encontro ao segundo pilar de sua vitória, o antipetismo. Nessa perspectiva, é inegável que ocorreram escândalos de corrupção nos governos petistas, porém, é preciso destacar que a corrupção faz parte de um problema histórico no Brasil, embora setores da sociedade, especialmente a imprensa, tenham insistido na narrativa de que era uma problemática criada pelo PT, o que causou um forte desgaste na imagem do partido e embasou a antipolítica, considerando que o partido governou o país entre 2003 e 2016. Nessa perspectiva, escândalos como o Mensalão e a Lava Jato estavam relacionados ao PT, embora refletissem as características históricas da política brasileira na qual certas “negociações” eram necessárias para a garantia da governabilidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2023).

Entretanto, é fundamental destacar que a aversão ao PT também foi construída em torno de seus acertos. Nesse sentido, cabe destacar as políticas de distribuição de renda dos governos petistas como o Bolsa Família, que tirou milhões de pessoas da extrema pobreza, ações de reforma agrária, demarcação de terras para indígenas e quilombolas, as cotas para entrada nas universidades públicas que beneficiaram tanto a população negra como as classes baixas de um modo geral, a regulamentação do trabalho das empregadas domésticas e outras medidas no âmbito trabalhista (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2023). Essas conquistas foram acompanhadas de fortes reações de outras parcelas da população, o Bolsa Família foi criticado por uma narrativa falaciosa de que desincentivava o trabalho e chegou a ser chamado de “cabresto eleitoral” pelo próprio Bolsonaro, embora tenha recorrido a medidas assistencialistas em seu governo, como meio para angariar apoio eleitoral⁴.

Além disso, as demarcações de terras esbarram nos interesses dos grandes latifundiários, o acesso da população pobre e negra às universidades causou revolta e indignação em certos grupos elitistas e da classe média que enxergavam esses espaços como exclusivos, ou seja, uma possível ameaça aos seus lugares de privilégios históricos como a educação superior, as regulamentações trabalhistas combateram a exploração de trabalhadores informais que ficavam à mercê da “boa vontade dos patrões”. Essa reação vai de encontro a um esforço pela manutenção de privilégios que sempre estiveram nas mãos das elites brasileiras, como destaca

⁴ PEC do Auxílio Brasil: há 22 anos, Bolsonaro foi único deputado contra Fundo de Combate à Pobreza. BBC News Brasil, 13/06/2000. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62158187>.

o sociólogo Jessé Sousa, uma “elite do atraso” (SOUZA, 2019). Desse modo, considerando que tais conquistas foram promovidas nos governos petistas, a reação foi concentrada no partido, especialmente durante a operação Lava Jato. Assim, esses fatores da antipolítica e do antipetismo facilitaram a relativização das falas problemáticas de Bolsonaro e suas inúmeras contradições, representando um importante fator para sua vantagem nas pesquisas eleitorais.

Nesse cenário, alguns viam uma possível vitória de Bolsonaro em 2018 como algo extremamente improvável, especialmente entre setores da esquerda, devido ao seu amplo histórico de falas consideradas polêmicas e inaceitáveis, no qual destacou seu “revisionismo” histórico em relação ao período ditatorial brasileiro, abordando-o de forma elogiosa e enaltecida, assim, ignorando todo o contexto repressivo do período e seus atentados aos direitos humanos, além dos ataques constantes de Bolsonaro aos grupos minoritários do Brasil. Porém, na medida em que o candidato apresentava vantagens numéricas nas pesquisas eleitorais de 2018, um clima de medo e incerteza em relação ao futuro pairava sobre seus opositores, que já temiam as possíveis consequências de sua vitória.

Em meio a esse contexto eleitoral, a própria candidatura de Jair Messias Bolsonaro não era vista como uma ameaça para o Brasil por alguns setores da sociedade, considerando que muitos viam a defesa da democracia como uma pauta já consolidada, e vale ressaltar que ele disputava a eleição tal como os demais candidatos, embora com métodos e pautas questionáveis, o que colaborou para a crença de que supostamente respeitava o processo democrático e que não atentaria contra sua normalidade, um pensamento presente no campo da direita. E isso era evidenciado pela sua vantagem na disputa, chegando a receber 46,3% dos votos já no primeiro turno, contra 29,28% de seu principal opositor, Fernando Haddad, além de vencer no segundo turno com 55,13% dos votos contra 44,87% de Haddad, tendo recebido mais de 57 milhões de votos⁵.

Nesse contexto, Jair Bolsonaro inicia seu mandato em 2019 na figura de um presidente relativamente popular, eleito democraticamente e com um número expressivo de votos. Entretanto, ao longo dos anos sua aprovação vai caindo significativamente, visto que em 2020 a aprovação do presidente era de 35%⁶ segundo uma pesquisa do Ibope, enquanto em 2021 caiu

⁵ UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/raio-x/presidente-1-turno/resultado-das-eleicoes-para-presidente-considerando-os-votos-validos/?uf=sp>.

⁶ Governo Bolsonaro tem aprovação de 35% e reprovação de 33%, diz pesquisa Ibope. G1, Brasília, 16/12/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/16/governo-bolsonaro-tem-aprovacao-de-35percent-e-reprovacao-de-33percent-diz-pesquisa-ibope.ghtml>.

para 22%, como apontou o Datafolha⁷. Nesse cenário, na medida em que Bolsonaro vai se tornando demasiadamente impopular, assim, inviabilizando sua possível reeleição, podemos notar o seu engajamento em promover dúvidas em relação ao sistema eleitoral, e, em especial, sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas através de seus discursos. Em meio a isso, o então presidente chegou a sugerir mudanças no modelo de votação, e ao encontrar resistência no Congresso e Judiciário, passou a exercer pressões contra os demais poderes e já nesse momento muitos apontaram o risco de uma ruptura da ordem democrática, assim, observamos manifestações de caráter antidemocrático; nas mais recentes os apoiadores de Bolsonaro pediam intervenção militar e o chamado “voto impresso” baseados em uma leitura distorcida do artigo 142 da Constituição Federal. Assim, o clima de incertezas foi intensificado com apontamentos de um possível novo golpe militar, tal como ocorreu em 1964, mas, para compreender essa ameaça é preciso analisar como se deu a tomada de poder no contexto anterior, para então compreender sua ocorrência no tempo presente.

2.2. A ameaça dos golpes institucionais no governo Bolsonaro

A compreensão da recente ameaça antidemocrática vivenciada no governo Bolsonaro (2019-2022) envolve uma análise do passado, seja de anos, décadas, pois, analisando as conjunturas históricas, podemos elucidar as causas dos acontecimentos. Nessa perspectiva, como destaca o historiador Marc Bloch, o presente e o passado possuem uma relação complementar e são fundamentais para o estudo dos processos humanos (BLOCH, 2001). Desse modo, é importante analisar um período da história brasileira que tem recebido destaque nos últimos anos, principalmente pelas menções elogiosas do ex-presidente Jair Bolsonaro e de sua apologia por manifestantes apoiadores de seu governo. Esse período remete ao contexto do golpe militar de 1964, que mergulhou o país em um regime autoritário por mais de 20 anos.

Entre os dias de 30 de março e 1 de abril de 1964, o Brasil vivenciou seu golpe militar mais recente, no qual o general Olympio Mourão Filho iniciou uma movimentação militar no estado de Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro para depor o Presidente da República João Goulart (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Nesse contexto, o Brasil adentrou em um dos momentos mais impactantes de sua história, pois nesse contexto foi deflagrada a derrubada do regime democrático através de uma tomada de poder pelas Forças Armadas. A narrativa

⁷ Datafolha: Bolsonaro mantém pior avaliação de seu governo, com 53% de reprovação; aprovação é de 22%. G1, 17/12/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/17/datafolha-bolsonaro-53percent-reprovacao-22percent-aprovacao.ghtml>.

utilizada para tentar justificar o golpe tinha como embasamento uma suposta “ameaça comunista” presente no governo Goulart, embora o presidente tivesse um caráter moderado e reformista, mantendo uma relação conflituosa com os grupos da esquerda revolucionária (NAPOLITANO, 2014).

A ideia de uma suposta ameaça comunista defendida pelos militares tinha como um de seus pontos centrais as chamadas “reformas de base” propostas pelo governo Goulart, que envolviam a questão do acesso à terra, questões tributárias, educacionais, eleitorais administrativas, entre outras. Nesse cenário, havia uma forte pressão dos militares, que contrariavam essas medidas, embora caiba destacar que essas reformas representam uma tentativa de democratização, promoção de direitos e combate às desigualdades históricas do país, embora tenham encontrado forte resistência dos setores conservadores e liberais oligárquicos da nossa sociedade, que para barrar tais avanços lhes atribuíam o termo “comunismo”, considerando que havia a construção de um forte temor sendo difundido em torno dele (NAPOLITANO, 2014).

Para compreender como o anticomunismo foi um meio de legitimação do Golpe Militar de 1964, primeiramente precisamos abordar sua conceituação. Nesse sentido, cabe abordá-lo pela perspectiva de um conjunto de representações que retratam um imaginário social, que são fruto de uma construção elaborada por determinados grupos que promovem crenças e interesses em comum, e vale destacar que esse imaginário pode ser utilizado como meio de controle e manipulação ideológica de modo a atender os anseios de seus construtores (GUIMARÃES, 2007).

Desse modo, foi construído um maniqueísmo no qual o comunismo representaria o mal absoluto, com o objetivo de criar um clima de medo na população: “Era responsabilizado por todo tipo de malefícios como a miséria, a fome, a violência, o pecado e, principalmente, a morte” (GUIMARÃES, 2007, p. 272). A imprensa foi um importante meio de difusão do anticomunismo no Brasil, impactando significativamente esse período da década de 1960, opondo-se de maneira incisiva em relação às reformas de base do governo Goulart, e retratando o presidente tanto como demagogo e atrasado, como também representante da tal “ameaça comunista” que supostamente estaria chegando ao Brasil (ABREU, 2005).

A Igreja Católica e seu caráter anticomunista exerceram forte influência no contexto do golpe militar de 1964, atuando em consonância aos setores de imprensa que reforçavam a suposta ameaça comunista que estaria se aproximando do Brasil (CABREIRA, 2013). Nesse sentido, a instituição religiosa buscou incentivar marchas e outras formas de manifestações contrárias ao governo Goulart e suas reformas de base, com o objetivo de desgastar o governo

através do engajamento popular em prol de uma intervenção militar. Desse modo, foram realizadas as chamadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, que puderam ser observadas em várias capitais do país, especialmente no estado de São Paulo. Além disso, os anúncios difundidos em jornais como A Folha de São Paulo explicitavam o teor manipulativo das pautas levantadas por esses movimentos em relação à ideologia comunista:

O nosso direito de amar a Deus, e a liberdade e a dignidade de nossos maridos, filhos e irmãos, estão ameaçados pelos comunistas, primários em seus instintos e brutos em seus sentimentos. Eles se acham em plena marcha para submeter o Brasil à escravidão da sua ditadura retrógrada, anti-humana, anti-cristã e fracassada na quase faminta Rússia e na faminta China. Explorando condições difíceis que eles próprios ajudaram artificialmente a criar neste País da Esperança e do Futuro, os comunistas, altamente acumpliciados, preparam-se para o assalto final às Igrejas de todos os credos e a todas as liberdades de todos os cidadãos. (...) Vamos para as ruas, antes que os inimigos cheguem às nossas Igrejas! Compareça à “Grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que será realizada dia 19, partindo Às 16 horas da Praça da República para a Praça da Sé. Jornal *Folha de São Paulo*, 18 de março de 1964 (CORDEIRO, 2021, p. 06).

Nesse cenário, a ação do general Olympio Mourão Filho tinha como principal objetivo e imediato dar o ponto de partida no golpe, visto que já existia uma conjuntura construída para tentar justificar a derrubada do regime democrático, com isso, só seria preciso uma iniciativa para propiciar uma reação em cadeia pelo alto comando militar. Esse pensamento vai de encontro ao fato de que os militares enxergavam em si próprios as qualificações necessárias para levar o país rumo ao progresso (BORGES, 2003). O presidente João Goulart se viu impossibilitado de agir contra essa empreitada, visto que uma reação aos golpistas poderia levar o país rumo a uma guerra civil, mas, um fator bastante significativo para consolidação do golpe foi a anuência do Congresso Nacional ao declarar “vago” o cargo de Presidente da República, mesmo com Goulart ainda em território nacional, além de indicar o general Castelo Branco para o cargo (NAPOLITANO, 2014).

Nesse momento, muitos dos que apoiaram o golpe não sabiam exatamente qual seria a duração dessa intervenção realizada pelos militares ao depor o presidente Goulart, porém, esperavam uma rápida retomada do regime democrático após a eliminação da suposta “ameaça comunista”. Entretanto, o chamado “governo provisório” logo se transformou em regime, e os militares buscaram a implementação de medidas para a consolidação duradoura da tomada de poder. Nessa perspectiva, foram implementados os Atos Institucionais, que visavam trazer algum viés de legalidade autoconcedida ao regime.

O AI-1 abriu precedentes jurídicos para o encarceramento de milhares de pessoas, demissão de funcionários públicos, cassação de mandatos e duras limitações ao legislativo. O

AI-2 limitou a representação política através da extinção de partidos e fim das eleições com voto direto para Presidente da República. O AI-5 foi um marco da repressão e do autoritarismo, suspendeu a concessão de habeas corpus por tempo indefinido, o que facilitou as prisões de opositores políticos, a prática sistemática da tortura como método de interrogatório, desaparecimentos e execuções. Logo, aqueles que haviam apoiado a empreitada golpista, dos quais podemos destacar setores da classe média, imprensa e figuras religiosas, perceberam o erro que haviam cometido, pois não estavam a salvo dessa conjuntura, porém, era tarde para esse reconhecimento e o regime se manteve até 1985 (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Após essa contextualização histórica, cabe retornar ao contexto do governo Bolsonaro, no qual os setores de oposição ao presidente ressaltavam a possibilidade de um golpe de Estado em 2022, caso o presidente não conseguisse se reeleger. Nesse sentido, ainda prevalece o imaginário de um possível cenário golpista tal como ocorreu em 1964, com movimentação de tropas militares, cassações de mandados de opositores políticos, intervenções nas instituições, além do fato de haver um pequeno apoio popular de sua base eleitoral que vinha promovendo manifestações antidemocráticas pedindo intervenção militar tal como foi observado nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade no contexto de 1964, mas naquele momento era até possível ver cartazes e faixas pedindo um novo AI-5.

Nesse cenário, cabe destacar que ao apoiar o golpe de 1964 aqueles setores da sociedade brasileira não previram a implementação de uma ditadura com mais de 20 anos de duração, ou mesmo a instauração de um autoritarismo tão profundo como se observou através dos Atos Institucionais. Entretanto, nas manifestações antidemocráticas observadas durante o governo Bolsonaro havia um apelo justamente nesse sentido, até mesmo em relação à medida mais autoritária do regime, o AI-5. Esse ponto resalta um fato pouco lembrado, a noção de que a história não é composta apenas por avanços, mas também por retrocessos, e o passado, ao contrário do que se acredita, não está “morto”, pois, seus elementos permanecem vívidos atualmente, influenciando, assim, acontecimentos do tempo presente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2023).

As manifestações antidemocráticas já podiam ser observadas no primeiro ano de governo, com destaque ao dia 26 de maio de 2019. Nesse momento, embora não tenha participado presencialmente, o presidente fazia uso de sua relativa popularidade para incentivar seus apoiadores a pressionarem o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) de modo a facilitar o andamento das pautas governistas. Era uma evidente tentativa de demonstração de força em um cenário de péssima articulação política e intensa instabilidade entre os três poderes. Nesse sentido, o então presidente se manifestou no Twitter já no dia 21/05,

afirmando: “quanto aos atos do dia 26, vejo como uma manifestação espontânea da população, que de forma inédita vem sendo a voz principal para as decisões políticas que o Brasil deve tomar.”⁸, o que evidência tanto seu apoio, como a tentativa de conferir algum viés de legitimidade a manifestações de caráter antidemocrático, através de uma narrativa de “espontaneidade” e “participação política”. Entre os manifestantes já era possível notar apoio à possibilidade de fechamento do Congresso e impeachment de ministros do STF que estariam “dificultando” a governabilidade, o que logo escancara o teor antidemocrático desses eventos. As manifestações foram convocadas pelas redes sociais e via-se menções à possibilidade de invasão do Congresso Nacional e de fechamento do STF, embora essa fosse apenas a primeira de muitas iniciativas empreendidas pelo presidente como forma de consolidação do poder.

No ano seguinte, o presidente retomou os ataques em outra manifestação antidemocrática, na qual via-se faixas pedindo o fechamento do STF e uma intervenção militar com Bolsonaro no poder. Nesse contexto, o então presidente chegou a afirmar:

Vocês sabem que o povo está conosco, as Forças Armadas - ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade - também estão ao nosso lado, e Deus acima de tudo. Vamos tocar o barco. Peço a Deus que não tenhamos problemas nessa semana. Porque chegamos no limite, não tem mais conversa. Tá ok?⁹ (G1, 2020).

Esse discurso foi proferido em um momento de atrito entre o presidente e o ministro Alexandre Moraes do STF, pois Moraes havia suspenso a nomeação de Alexandre Ramagem para a diretoria geral da Polícia Federal, sob alegação de desvio de finalidade pela possibilidade de interferência nos trabalhos Polícia Federal, visto que Ramagem possuía forte ligação com membros da família de Bolsonaro, que inclusive eram alvos de investigações. Assim, já era evidente que atos dessa natureza seriam comuns durante seu governo, algo que, embora condenável, havia se tornado uma forma decorrente de expressão política daquela conjuntura do país.

Um outro ponto que respalda as preocupações entrono das ações de Bolsonaro está no fato de que o então presidente ainda concentrava um demasiado apoio dos militares, visto que a quantidade de militares ocupando cargos do governo já havia dobrado em relação aos números

⁸ OLIVEIRA, Joana. O ‘bolsonarismo puro’ testa sua força em manifestações de rua pela primeira vez. El PAÍS, São Paulo, 26/05/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/24/politica/1558724882_630332.html.

⁹ G1, 03/05/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/bolsonaro-volta-a-apoiar-ato-antidemocratico-contra-o-stf-e-o-congresso-em-brasil.ghtml>.

do governo anterior, somando 6.157 militares em cargos civis¹⁰. Um segundo fator que se somava ao seu histórico de falas elogiosas e enaltecedoras à ditadura militar e seus agentes, como na vez em que disse: “o erro da ditadura foi torturar e não matar” em 2016, ou quando disse: “no período da ditadura, deviam ter fuzilado uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique”, em 1999¹¹. Além disso, durante seu tempo na presidência voltou ao assunto de forma elogiosa: “quem esteve no governo naquela época fez a sua parte. O que seria do Brasil sem obras do governo militar? Não seria nada, seríamos uma republiqueta”, em 2022¹².

Entretanto, podemos constatar que o incentivo às manifestações antidemocráticas e os discursos proferidos tinham como principal objetivo promover a intimidação dos demais poderes que eram vistos como empecilhos pelo governo, e induzir um desgaste através de demonstrações públicas do seu caráter antidemocrático, porém, tal processo não culminaria de imediato em um golpe de Estado violento e abertamente declarado como ocorreu em 1964. Dentro dessa perspectiva, cabe destacar que nos dias de hoje vemos a ocorrência dos chamados “golpes institucionais” que têm resultado na morte de muitas democracias ao redor do mundo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), no qual os golpes ocorrem dentro das próprias instituições e como um viés mascarado de legalidade. Desse modo, através da perspectiva dos golpes institucionais, seria improvável a ocorrência de um golpe marcado pela movimentação de tropas e intervenção imediata nas instituições democráticas, pois o golpe se daria de forma lenta e gradual, primeiramente através do desgaste e estímulo à descrença de tais instituições.

Nesse âmbito, podemos observar que propostas elaboradas com o intuito de modificar as formas de realização das eleições são acompanhadas de objetivos que nem sempre podem ser facilmente constatados, pois, embora encobertas por um manto de supostos benefícios, tendem a expressar os interesses escusos de certos grupos que ocupam os espaços de poder. Em meio a isso, Levitsky e Ziblatt (2018) destacam quão normativa é a manutenção de um falso sentimento democrático enquanto os autocratas e ditadores em potencial trabalham direta ou indiretamente na alteração das regras institucionais e democráticas que os conduziram ao poder, e cabe destacar que embora esse contexto possa ocorrer de modo lento e quase imperceptível,

¹⁰ LIS, Laís. Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. G1, 17/07/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>.

¹¹ UOL, 30/07/2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/onze-declaracoes-de-bolsonaro-em-defesa-da-ditadura/>.

¹² MAZUI, Guilherme.; RODRIGUES, Paloma. Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos. g1 e TV Globo, Brasília, 31/03/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>.

em poucos anos tal empreendimento tende a resultar no estabelecimento de uma autocracia aberta e declarada. Com isso, através da subversão do processo eleitoral, podemos observar a morte gradual da própria democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Nesse contexto, podemos observar que medidas que busquem modificar os elementos normativos do processo eleitoral, por meio do poder legislativo e em benefício daqueles que estão no poder, se enquadram dentro da perspectiva dos golpes institucionais, visto que assim confere-se legitimidade às propostas que se encontram em debate na sociedade. Desse modo, as próprias instituições que deveriam garantir a manutenção da democracia, colaboram para o seu fim silencioso (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Nesse sentido, cabe analisar a Proposta de Emenda à Constituição 135/2019, conhecida como “PEC do voto impresso”, que foi submetida à votação na Câmara dos Deputados em 10 de agosto de 2021, que pode ser enquadrada dentro das perspectivas dos golpes institucionais ao propor mudanças no sistema eleitoral brasileiro em um contexto bastante específico, assim, representando um momento decisivo do governo Bolsonaro.

Tal como se observa na ocorrência dos golpes institucionais, a PEC do voto impresso foi apresentada como uma medida que supostamente tinha como principal objetivo trazer mais transparência e segurança para o processo de votação, como consta no trecho: “acrescenta o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições, plebiscitos e referendos, seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria” (BRASIL, 2019, p. 01). Entretanto, como já apontado, nessa modalidade de golpe não se apresenta como tal à primeira vista e para identificá-la é necessária uma análise minuciosa.

Nessa perceptiva, cabe analisar o contexto em que a proposta foi apresentada. Como o próprio documento destaca, era um momento de atrito entre o governo Bolsonaro e o poder judiciário, sendo apresentada pela base governista com a seguinte afirmação: “o Brasil, em questões eleitorais, tornou-se refém da juristocracia do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)” (BRASIL, 2019, p. 01). Logo, de início a PEC tenta embasar uma narrativa de que o judiciário estaria se sobrepondo ao regime democrático ao não atender os pontos apresentados na proposta, em outro momento, a PEC chega a utilizar o termo “autoritarismo” para se referir ao tribunal responsável por julgar pautas de âmbito eleitoral (BRASIL, 2019). Esses postos demonstram que o debate entorno do tema dialoga diretamente com a já citada instabilidade entre poderes que foi observada durante o governo Bolsonaro.

Dentro desse cenário, a exigência central da PEC era que durante a votação fosse expedido um “comprovante de votação” para que o eleitor pudesse ter a certeza de que sua

escolha fora devidamente registrada, algo que aparentemente não demonstra um risco direto à democracia. Entretanto, no que diz respeito ao detalhamento da implementação dessa medida, a PEC do voto impresso tem um caráter profundamente vago, não definindo inclusive as informações que estariam presentes nesse comprovante. Nessa perspectiva, a proposta apenas afirma que o material impresso não poderia conter o nome do eleitor, mas algo que pudesse garantir a identificação e, nesse ponto, ao não definir detalhadamente esse critério, coloca-se em risco o princípio constitucional do sigilo do voto. Além disso, a proposta não detalha como proceder em caso de falhas na impressão, visto que poderia ser necessária a intervenção dos mesários, o que também comprometeria o sigilo do voto.

A Proposta de Emenda à Constituição 135/2019 também não fornece outros detalhes importantes, como o armazenamento e transporte dos votos impressos, além do tipo de papel que seria utilizado nas emissões. Nesse sentido, cabe destacar que esses são fatores decisivos para assegurar o devido processo democrático em caso de votação impressa, sua falta de detalhamento pode implicar tanto na quebra do sigilo do voto como na perda de comprovantes de votação, tal como destaca Ana Cláudia Santano (2022):

Sobre os componentes que devem acompanhar a urna eletrônica e a impressora, deve-se também pensar sobre o visor em que será exposto o comprovante físico ao eleitorado após a votação para confirmação, bem como o seu local de armazenamento, de modo que esses comprovantes não caiam em sequência (para não vulnerar o segredo do voto). Deve-se pensar na segurança desse dispositivo de armazenamento físico dos comprovantes, no material que ele é composto, suas reações aos ambientes mais diversos do Brasil (seco, úmido, calor, frio, reações físicas em geral), sistema de isolamento e fechamento deste componente, sua segurança e tutela, transporte e dispêndio com forças de segurança para o seu transporte que, a exemplo das urnas e das impressoras, exigirá espaço e logística, por terra, aéreo e vias fluviais. Aqui, portanto, a avaliação do protótipo deve ser criteriosa para que atendam a esses requisitos. Ainda, deve-se também pensar que tipo de papel será utilizado. Pode parecer pouco, mas não é um detalhe menor. Papéis térmicos apresentam natural desgaste dependendo do ambiente em que são usados, rasuras, imperfeições (algo que deve ser pensado com a impressora também), que não facilitem o entupimento da impressora e que nem sejam tão pesados ao ponto de inviabilizar o procedimento de voto (SANTANO, 2022, p. 91).

Ademais, um outro ponto extremamente preocupante se encontra no fato de que a proposta foi colocada em votação no dia 10 de agosto de 2021 e deveria ser implementada antes da próxima eleição presidencial, que ocorreria em 02 de setembro de 2022, ou seja, um prazo significativamente curto para uma mudança dessa magnitude. Nesse panorama, cabe destacar que a própria implementação das urnas eletrônicas ocorreu de modo gradual, sendo iniciada em 1996 nos municípios com mais de 200 mil eleitores, e na eleição seguinte foi adotado o critério dos municípios com mais de 40 mil eleitores, e somente nas eleições do ano 2000 tivemos

eleições 100% informatizadas, segundo dados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹³. Assim, tendo em vista as inúmeras dificuldades que envolviam essa implementação, é possível reconhecer a impossibilidade de efetivação da mudança dentro do prazo que seria estabelecido. Além disso, a proposta também carece de detalhamentos acerca dos custos de sua implementação, visto que, como consta na própria PEC, o TSE havia apresentado uma estimativa de 2 bilhões de reais envolvendo toda logística. Porém, ao abordar esse ponto, a PEC tenta rebater esse argumento apenas abordando um suposto custo das impressoras sem levar em conta as demais questões já levantadas (BRASIL, 2019).

Com isso, é possível notar que a proposta parece mais empenhada em propor um aprimoramento do que definir critérios que possam garantir tais medidas. Essa afirmação encontra embasamento em uma fala do próprio presidente Jair Bolsonaro no dia anterior à votação da PEC, na qual ele afirma que a proposta provavelmente seria derrotada. No entanto, ao fazer essa afirmação o presidente não abordou as muitas lacunas presentes na proposta, mas culpou o então presidente do TSE Luís Roberto Barroso: “ele [Barroso] foi pra dentro do Parlamento fazer reuniões com lideranças, praticamente exigindo que o Congresso não aprovasse o voto impresso”¹⁴. Nesse momento, podemos observar um ponto importante da narrativa do presidente que seria replicada por seus eleitores: a ideia de que o presidente do TSE teria agido para desarticular uma medida que supostamente visava o “aprimoramento” das eleições.

Nesse contexto, cabe destacar que a presença do então presidente do TSE na Câmara dos Deputados visava promover um diálogo a respeito da seguridade do voto eletrônico e dos perigos entrono da chamada PEC do voto impresso. Nessa perspectiva, Luís Roberto Barroso afirmou: “achamos que nosso processo eleitoral eletrônico é seguro, transparente e auditável. Sustentamos que o sistema é seguro, foi implantado em 1996 e nunca se documentou sequer um caso de fraude desde então. Todos os senhores foram eleitos por esse sistema de controle eleitoral. O que nós fizemos foi derrotar um passado de fraudes no tempo do voto de papel”¹⁵. Além disso, destacando que sua presença não se tratava de uma imposição do poder judiciário

¹³ ELEITORAL, Justiça. Cronologia da informatização do processo eleitoral. Tribunal Superior Eleitoral, 2023. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/urna-eletronica/cronologia-da-informatizacao-do-processo-eleitoral.html>.

¹⁴ GALVANI, Giovanna.; GUIMARÃES, Neila. Bolsonaro admite que Câmara deve rejeitar PEC do Voto Impresso. CNN, Brasília e São Paulo, 09/08/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-admite-que-pec-do-voto-impresso-nao-deve-ser-aprovada-na-camara/>.

¹⁵ D'AGOSTINO, Rosanne. Barroso defende urna eletrônica e diz que voto impresso vai diminuir segurança da votação. G1, Brasília, 09/06/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/09/barroso-defende-urna-eletronica-e-diz-que-voto-impresso-vai-diminuir-seguranca-da-votacao.ghtml>.

ao legislativo, afirmou também que, caso a PEC fosse aprovada, o TSE trabalharia para sua implementação. Desse modo, não houve “exigências” como o então presidente Bolsonaro havia afirmado, e sim um debate da comissão geral da Câmara dos Deputados acerca das problemáticas envolvendo a implementação da proposta.

O temor em torno dos riscos envolvendo a violação do sigilo do voto remete a um trauma histórico que vai do período imperial ao republicano, como destaca o historiador José Murilo de Carvalho (2018). Nesse contexto, antes de 1932, o voto era exercido de forma aberta e poderia ser tanto um gesto forçado como uma forma de demonstração de “gratidão” a um dado candidato (CARVALHO, 2018). Nessa perspectiva, durante o período da Primeira República (1889-1930), o princípio do voto aberto era defendido e incentivado como “um ato de virtude”, mas na prática tendia a resultar na supressão da livre escolha do eleitor (MATTOS, 2012).

Ademais, vale ressaltar que existiam as figuras dos coronéis que exerciam forte pressão nos eleitores por meio de seus capangas, assim, garantindo o voto em determinados candidatos através do que ficou conhecido como “voto de cabresto”. Além disso, muitas vezes a votação nem chegava a ocorrer, pois, os coronéis praticavam a chamada “eleição a bico de pena”, na qual o coronel providenciava o preenchimento do livro de votação com nomes de pessoas vivas e mortas (NAPOLITANO, 2016). Desse modo, esses contextos históricos demonstram que sem seguridade do sigilo do voto o eleitor pode se ver à mercê de inúmeras pressões que possam influenciar sua escolha, suprimindo o real exercício de sua cidadania.

Um outro ponto problemático se encontra no fato que o modelo de votação em cédulas de papel foi alvo de inúmeras fraudes, que só puderam ser efetivamente superadas com a implementação das urnas eletrônicas a partir de 1996. Nesse cenário, o manejo das cédulas em papel era extremamente arriscado, pois eram comuns o desaparecimento e a destruição de cédulas a fim de influenciar o resultado das votações (CARVALHO, 2018). Nesse panorama, muitos questionavam esse sistema. Durante a Primeira República, as fraudes, embora praticadas de forma sistemática, eram motivo de crítica na sociedade e a cada eleição havia a esperança de que as coisas ocorreriam dentro da normalidade (MATTOS, 2012).

Outrossim, em decorrência dessas problemáticas, já em 1932, ano da criação da Justiça Eleitoral, falava-se da possibilidade de as eleições ocorrerem através de “máquinas de votação”, que pudessem solucionar problemas como a falta da garantia do sigilo do voto e a prática das fraudes, embora tais equipamentos ainda não existissem (TAVARES; MOREIRA, 2011). Esse ponto ressalta o quão desejável era a solução desses problemas, visto que sem isso seria impossível garantir o devido exercício da cidadania e da soberania popular. Ademais, o próprio código eleitoral desse período previa a adoção dessa medida, embora ela só tenha sido

implementada após 1996, ano em que as urnas eletrônicas iniciaram uma verdadeira “revolução” em nosso sistema eleitoral, assim, garantindo critérios como a segurança durante e após as votações, assim como a eficiência e a transparência nos momentos das apurações.

Curiosamente, em 1993, o próprio Jair Bolsonaro chegou a defender a implementação das urnas eletrônicas, como um meio para evitar fraudes, em um contexto no qual tentava articular uma chapa de militares para disputar a próxima eleição. Na ocasião, segundo o jornal O Globo, ele afirmou: "esse Congresso está mais do que podre. Estamos votando uma lei eleitoral que não muda nada. Não querem informatizar as apurações pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral). Sabe o que vai acontecer? Os militares terão 30 mil votos e só serão computados 3.000", gritou o parlamentar, em encontro no Clube Militar, no Centro do Rio¹⁶. Essa fala reforça o argumento de que o então modelo impresso de votação era alvo de muitas suspeitas, não podendo garantir a devida contagem dos votos devido sua falta de segurança e imprevisibilidade, visto que Bolsonaro expressava preocupação a respeito da possibilidade dos votos da possível chapa serem fraudados. Além disso, cabe destacar que Bolsonaro foi reeleito deputado federal diversas vezes dentro do modelo de votação informatizado, assim como foi eleito presidente da república.

Nessa conjuntura, embora a PEC do voto impresso não determinasse a extinção do voto eletrônico, ela propunha a implantação de um “modelo duplo”, ou seja, o voto seria computado na urna eletrônica e em seguida seria emitido o comprovante impresso que seria conferido pelo eleitor e depositado em outra urna. Entretanto, como já discutido, estando inserida na perspectiva dos golpes institucionais, o perigo não está em sua ideia central e sim em suas lacunas e dificuldades de implementação. Desse modo, ao não definir os critérios para assegurar o sigilo do voto e o manejo adequado dos comprovantes de votação, essa medida poderia representar um sério retrocesso ao nosso processo eleitoral, tal como era observado nos contextos anteriores à implementação das urnas eletrônicas.

Considerando o fato de que o aprimoramento de um sistema não pode colocar em risco os avanços já alcançados (SANTANO, 2022), tal medida dificilmente encontraria o apoio necessária para sua aprovação, o que pode explicar o desânimo do próprio Jair Bolsonaro a respeito da impossibilidade de vitória na Câmara dos Deputados. Com isso, durante a votação, a PEC obteve apenas 229 dos 308 votos que seriam necessários para sua aprovação, sendo rejeitada em plenário. A partir desse momento, o presidente passou a atacar ativamente o

¹⁶ ARAGÃO, Alexandre. Há 25 anos, Bolsonaro defendeu informatizar apuração das eleições para combater fraudes. O Globo, 16/10/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/ha-25-anos-bolsonaro-defendeu-informatizar-apuracao-das-eleicoes-para-combater-fraudes-23160301>.

sistema eleitoral e, de modo especial, a segurança do voto eletrônico, e a derrota da PEC passou a embasar os discursos do presidente afirmando que sem o “voto impresso” não seria possível garantir a segurança das eleições.

Nessa linha, ao contrário do que muitos pensavam, o golpe estava sendo empreendido de modo lento e gradual, visto que as manifestações antidemocráticas dos anos anteriores não culminaram na supressão do legislativo e do judiciário pelo poder executivo, e sim prepararam o terreno para o que estava por vir. Desse modo, após todo o impasse envolvendo a PEC do voto impresso, ficou evidente a estratégia golpista que estava sendo tramada, tendo como ponto central a contestação da segurança do voto eletrônico. Com isso, é possível observar que os ataques de Bolsonaro perduraram principalmente entre os anos de 2021 e 2022, estando inseridos dentro de um cenário de forte polarização política, principalmente no ano eleitoral, no qual Bolsonaro aparecia como segundo colocado. Assim, se em 1964 foi construído um temor anticomunista para justificar a tomada de poder pelos militares, em 2021 foi criada a narrativa da contestação do processo eleitoral para embasar a não aceitação de uma possível derrota ou possível anulação das eleições de 2022 para propiciar a consolidação de seu golpe institucional. Desse modo, cabe analisar os ataques discursivos de Bolsonaro contra as urnas e o TSE, visto que, de acordo com Foucault (1996), os discursos são um elemento fundamental para o exercício do poder.

3. A PRODUÇÃO DISCURSIVA ANTIDEMOCRÁTICA: VONTADE DE VERDADE E PÓS-VERDADE

No dia 7 de setembro de 2021, o Brasil vivenciou uma das maiores manifestações antidemocráticas no contexto do governo Bolsonaro, dados policiais chegaram a apontar a presença de 125 mil manifestantes no referido episódio ocorrido em São Paulo¹⁷. Ademais, atos ocorreram em várias outras capitais, incluindo Brasília, epicentro dos poderes federais, contando com a presença de Bolsonaro. No caso do Distrito Federal, houve estimativas de 105 mil manifestantes, mas vale destacar que esses números estão relacionados ao fato de que esses locais atraíram pessoas de várias localidades do país, e em ambos houve destaque para a pauta do “voto impresso” e ataques ao STF, além disso, Bolsonaro chegou a sobrevoar a Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios em um helicóptero militar, acenando para os manifestantes¹⁸. Os atos foram destaque na imprensa internacional, especialmente a queda de popularidade de Bolsonaro em meio aos ataques ao STF, e uma tentativa de “demonstração de força” através de uma ameaça institucional¹⁹.

Seguindo a tradição já observada nos anos anteriores, havia manifestantes pedindo intervenção militar, fechamento de instituições democráticas, alguns gritavam “eu autorizo”, referindo-se a essa possibilidade de golpe e prisão do ministro do STF Alexandre de Moares²⁰. Nessa perceptiva, logo podemos notar que se trata de outro empreendimento visando a intimidação dos poderes constitucionais, a desarmonia entre as instituições e contra o estado democrático de direito. No dia, o então presidente discursou em um ato na Avenida Paulista, afirmando aos apoiadores: "dizer a vocês, que qualquer decisão do senhor Alexandre de

¹⁷ Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro em São Paulo no 7 de setembro. UOL, São Paulo, 07/09/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/07/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-em-sao-paulo-no-7-de-setembro.htm>.

¹⁸ PINHEIRO, M; BARBIERI, C. Sete de Setembro: 105 mil pessoas participaram da manifestação na Esplanada O protesto em apoio ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) reuniu cidadãos de diversas partes do Brasil. Metrôpoles, 07/09/2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/sete-de-setembro-105-mil-pessoas-participaram-da-manifestacao-na-esplanada>.

¹⁹ NUNES, A. C. Imprensa internacional repercute manifestações deste 7 de setembro. CNN, São Paulo, 07/09/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/imprensa-internacional-repercute-manifestacoes-deste-7-de-setembro/>.

²⁰ BENITES, AFONSO. Bolsonaro faz discurso messiânico diante de Esplanada cheia e ameaça enquadrar o Supremo. El PAÍS, Brasília, 07/09/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-07/bolsonaro-faz-discurso-messianico-diante-de-esplanada-lotada-e-ameaca-enquadrar-o-supremo.html?outputType=amp>.

Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou, ele tem tempo ainda de pedir o seu boné e ir cuidar da sua vida. Ele, para nós, não existe mais"²¹.

Esse discurso foi proferido no contexto em que o ministro Alexandre de Moraes era o principal responsável por um importante inquérito que investigava justamente a organização e financiamento das manifestações antidemocráticas que se tornaram tão comuns durante o governo Bolsonaro. Logo de início, é possível observar que essa fala tem o caráter de uma “cisão institucional”, visto que representa o posicionamento do chefe do poder executivo buscando promover a deslegitimação de uma autoridade do poder judiciário, e tendo em vista o próprio caráter da manifestação observada, esse ponto torna-se ainda mais evidente. Porém, até aqui não observamos muitas novidades em relação aos anos anteriores, entretanto, essa manifestação teve foco voltado para o ataque ao TSE e a seguridade do processo de votação brasileiro. Na ocasião, o então presidente chegou a afirmar:

A paciência do nosso povo já se esgotou. Nós acreditamos e queremos a democracia. A alma da democracia é o voto. Não podemos admitir um sistema eleitoral que não forneça qualquer segurança. Nós queremos eleições limpas, democráticas, com voto auditável e contagem pública dos votos. Não podemos ter eleições onde parem dúvidas sobre os eleitores. Não posso participar de uma farsa como essa patrocinada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (G1, 2021).

Nesse ponto de seu discurso, vemos a retomada de um assunto abordado anteriormente: a promoção do descrédito em nosso processo de votação através de uma argumentação vaga e sem embasamento factual, tal como foi apresentada durante a votação da PEC do voto impresso. Nessa perspectiva, logo percebemos que sua fala tem o suposto objetivo de “proteger a democracia” que estaria em risco pela insegurança do sistema eleitoral, retomando o ponto de que seria necessária uma maior transparência. Além disso, chega a citar uma suposta “farsa” que estaria sendo promovida pelo então presidente do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso, que seria referente ao processo eleitoral do ano seguinte. É evidente que esse discurso tem como impacto direto a instabilidade institucional, e promoção da descrença nas instituições democráticas, algo que se relaciona diretamente ao conceito dos golpes institucionais, pois, para favorecer a morte de um regime democrático busca-se o descrédito e a corrosão das instituições (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Em 16 de maio de 2022, o então presidente voltou a atacar o TSE e o voto eletrônico. Dessa vez, os discursos foram proferidos em um evento com empresários do setor Agro, no

²¹ Relembre o que Bolsonaro disse sobre Alexandre de Moraes no 7 de setembro. G1, São Paulo, 09/09/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/09/relembre-o-que-disse-bolsonaro-sobre-alexandre-de-moraes-no-7-de-setembro.ghtml>.

qual Bolsonaro falava para uma parcela da população que lhe proporcionava um importante apoio²². No evento, ele afirmou: “[...] podemos ter umas eleições conturbadas. Imagine acabarmos as eleições e pairar para um lado ou para o outro as suspeição [*sic*] que elas não foram limpas? Não queremos isso”²³; uma tentativa evidente de estender suas suspeitas ao setor empresarial e talvez angariar algum apoio em uma possível contestação dos resultados eleitorais de 2022. Nesse ponto, cabe destacar que o apoio empresarial foi um fator importante tanto para o golpe de 1964 quanto para a consolidação do regime (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Além disso, cabe pontuar que esse ataque ocorreu alguns dias após um teste de segurança das urnas eletrônicas, que teve um diálogo com o próprio Ministério da Defesa, e no qual não foram apontadas falhas de segurança.

Em 18 de julho de 2022, o então presidente retornou aos ataques, agora em uma reunião com embaixadores de vários países. Na ocasião, o então presidente e candidato à reeleição protagonizou uma apresentação na qual expôs suspeitas e teses já desmentidas a respeito do sistema eleitoral brasileiro, além de voltar defender o tal “voto impresso”, o que despertou críticas do então presidente do TSE, o ministro Edson Fachin, que lamentou o ocorrido destacando o fato de os ataques partirem de uma figura pública²⁴. Nesse caso, podemos observar uma tentativa de expandir suas suspeitas e narrativas para a comunidade internacional, e nesse ponto cabe destacar que o apoio estrangeiro foi um fator determinante para a tomada de poder em 1964, principalmente através dos Estados Unidos (MOTTA, 2000). Essa reunião logo se mostrou falha, pois alguns embaixadores manifestaram incômodo pelas falas de Bolsonaro e o temor de uma tentativa de golpe caso o presidente não conseguisse se reeleger, o que foi destaque inclusive na imprensa internacional²⁵. Além disso, cabe destacar o fato de que em meio aos ataques de Bolsonaro, o governo dos Estados Unidos, sob a presidência de Joe Biden, já havia afirmado em março: “desta vez, ao contrário de 64, não haverá ajuda”²⁶, o que poderia

²² BEHNKE, Emilly. Bancada do agro confirma apoio a Bolsonaro no 2º turno. Poder360, 05/10/2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/bancada-do-agro-confirma-apoio-a-bolsonaro-no-2o-turno/>.

²³ Sem provas, Bolsonaro volta a lançar suspeitas sobre processo eleitoral: 'Podemos ter eleições conturbadas'. G1, São Paulo, 16/05/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/05/16/bolsonaro-visita-sp.ghtml>.

²⁴ RODRIGUES, Mateus; HENRIQUE, Gomes Pedro; BARBIÉRI, Luiz Felipe. “Bolsonaro reúne embaixadores para repetir sem provas suspeitas já esclarecidas sobre urnas”. G1, Brasília, 18/07/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/07/18/bolsonaro-reune-embaixadores-para-repetir-sem-provas-suspeitas-ja-esclarecidas-sobre-urnas.ghtml>.

²⁵ New York Times: diplomatas 'ficaram abalados' após reunião com Bolsonaro. UOL, em São Paulo 19/07/2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/07/19/embaixadores-ficaram-abalados-apos-reuniao-com-bolsonaro.htm>.

²⁶ NOBLAT, Ricardo. Biden avisa: desta vez, ao contrário de 64, não haverá ajuda. Metrôpoles, 06/05/2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/ricardo-noblat/biden-avisa-desta-vez-ao-contrario-de-64-nao-havera-ajuda>.

explicar a necessidade de levar o discurso contra a segurança do sistema eleitoral para outras autoridades internacionais.

Para analisar a produção de tais discursos, podemos recorrer ao filósofo francês Michel Foucault e sua obra *A ordem do discurso*. Nesse sentido, tal como destaca Foucault (1996), o discurso é fruto de um ordenamento que visa a dominação dos acontecimentos, de um processo de exclusão histórica que se relaciona diretamente com as disputas em torno do desejo de poder. Nessa linha, afirma: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Ou seja, na medida em que ocorre um ordenamento de falas, elas estão carregadas de perspectivas que tendem ignorar outros dizeres, isso se relaciona com o desejo de poder. A partir disso tem-se a chamada “vontade de verdade”, na qual o poder é perpetrado através desse processo discursivo ordenado e excludente, ou seja, se trata da imposição de determinadas verdades em meio às lutas entorno do desejo de poder, que se sustenta através da exclusão de outros discursos, outras verdades (FOUCAULT, 1996).

Com base nessa abordagem foucaultiana do discurso, podemos analisar como ocorre a construção dos discursos antidemocráticos do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesse contexto, cabe destacar o ponto que esses discursos partem de um ordenamento histórico excludente, pois, ao fazer menções elogiosas ao período do golpe militar de 1964 e a Ditadura Militar que se manteve até 1985, o então presidente tende a ignorar os crimes cometidos pelo regime, as torturas e demais violações dos direitos humanos perpetradas pelos militares e seus agentes, assim, excluindo as lutas e perspectivas daqueles que lutaram contra o autoritarismo e sofreram duras consequências, os traumas que foram impostos tanto a essas vítimas diretas como a todo o país que ainda sente as feridas abertas desse período. Assim, vemos que seus discursos foram (e são) construídos através dessa seleção de narrativas acerca dos acontecimentos, falas carregadas de perspectivas pessoais que ilustram suas visões de mundo, e que dentro das lutas em torno do poder buscam a promoção de uma vontade de verdade, ou seja, na imposição da sua verdade que tende a ignorar as demais, atuando na defesa de terminados grupos e práticas.

Esse revisionismo já seria por si só um ponto que embasa seu caráter antidemocrático, entretanto, ao observar os acontecimentos recentes, especialmente após as eleições de 2022, cabe trazer essa análise para o cenário dos ataques ao sistema eleitoral brasileiro e ao TSE. Nesse panorama, é importante ressaltar que, ao atacar a seguridade do voto eletrônico, o então presidente tende a ignorar o fato de que antes da sua implementação ocorriam diversas fraudes eleitorais que só puderam ser superadas por meio da sua implementação. Além das modalidades citadas anteriormente, cabe destacar que no contexto anterior a implementação das urnas

eletrônicas era comum a ocorrência das chamadas “urnas grávidas” nas quais havia o depósito de cédulas preenchidas antes do início das votações, a substituição de urnas vazias por outras previamente preenchidas ou o simples desaparecimento dessas. Além disso, ocorria o chamado “voto formiguinha”, no qual o eleitor recebia uma cédula já preenchida fora da sessão eleitoral, depositava na urna de lona e entregava a cédula em branco que recebeu do mesário ao agente da fraude. Essa entrega confirmava que o voto depositado atendia aos interesses de determinados candidatos que exerciam pressão a esses eleitores, visto que no antigo sistema não havia a garantia do sigilo do voto²⁷.

Outro fator que remete a esse ordenamento discursivo excludente, a essa vontade de verdade, é o fato de o próprio Jair Bolsonaro ter defendido a implementação do voto eletrônico em seu período como deputado federal, como foi citado anteriormente. O então político argumentou que a medida seria uma alternativa contra as fraudes, além do fato de ter chegado ao poder através desse sistema. Nesse ponto, cabe destacar que essa medida era bastante conveniente naquele contexto, visto que Bolsonaro enxergava riscos daquele sistema em relação à contabilização de votos do seu grupo político, vendo nessa defesa uma maior possibilidade de segurança eleitoral. Porém, já nesse contexto do 7 de setembro de 2021, e da eleição que ocorreria no ano seguinte, o então candidato à reeleição se encontrava em 2º lugar nas pesquisas eleitorais, pois, segundo o instituto Datafolha, seu principal opositor apresentava 58% das intenções de votos e o então presidente apenas 31%²⁸, o que representava um risco para seu projeto de poder. Desse modo, podemos observar uma correlação entre a vontade de verdade observada nos discursos do então presidente e o desejo de poder destacado pelo filósofo Michel Foucault, visto que o ordenamento excludente visa a manutenção do poder.

Nesse panorama, a afirmação de que o processo eleitoral seria supostamente inseguro vai de encontro à noção foucaultiana do que seria a verdade em meio ao desejo de poder. Foucault afirma:

[...] Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" - entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha (FOUCAULT, 1979, p. 13).

²⁷ ELEITORAL, Justiça. Por que o processo é eletrônico? Tribunal Superior Eleitoral, 2023. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/urna-eletronica/historico-das-fraudes-nas-eleicoes.html>.

²⁸ Lula amplia vantagem sobre Bolsonaro e, no 2º turno, tem 58% contra 31%, aponta Datafolha. G1, 09/07/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/09/lula-tem-46percent-e-bolsonaro-25percent-no-1o-turno-aponta-pesquisa-datafolha-para-a-eleicao-de-2022.ghtml>.

Nessa perspectiva, o filósofo argumenta que a verdade no desejo de poder não se apresenta espontaneamente ou como algo que existe por si só, e sim aquilo que é fruto de uma construção, que parte daquela produção discursiva em seu ordenamento excludente. Nessa linha, a verdade carrega exclusões e imposições que visam afirmar determinadas visões, atender certos interesses, ou seja, ela tem intencionalidades. Esse ponto se relaciona ao fato dos discursos do então presidente Bolsonaro terem sido proferidos justamente quando era necessária a construção de uma narrativa que pudesse embasar sua continuidade no poder, a construção da sua verdade, ou, mais precisamente, sua vontade de verdade, que consiste na imposição de um enunciado enquanto verdadeiro.

Ademais, essa vontade de verdade é um mecanismo fundamental para o exercício do poder, visto que é através desse processo que um determinado discurso se torna verdadeiro aos olhos de determinados grupos, tal como destaca Foucault: “[...] na vontade de verdade, na vontade de dizer este discurso verdadeiro, o que está em jogo senão o desejo e o poder?” (FOUCAULT, 1996, p. 20). Essa linha demonstra que nas lutas em torno do poder, o que prevalece é a vontade de verdade, o desejo de tornar um enunciado verdadeiro enquanto ferramenta de domínio. Porém, isso não significa que Foucault negue a existência da verdade, pois consiste no apontamento de que determinar algo como verdadeiro ou falso vai de encontro ao que pode ser conveniente em um dado contexto, visto que a vontade de verdade construída em um discurso é essencial para a manutenção do poder: “[...] o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 08).

Desse modo, dada a sua relevância para o exercício do poder, a verdade se encontra em constante disputa, considerando que ela pode tanto legitimar discursos, convencer e mobilizar determinados sujeitos, em um jogo narrativo significativamente atrativo para aqueles que apresentam o desejo de poder (DORNE, 2021). Nessas disputas, o processo do ordenamento discursivo ocupa um lugar central, através da vontade de verdade, em todo o seu caráter excludente e impositor de verdades. Nesse ponto, cabe destacar uma outra verdade ignorada pelo discurso de Bolsonaro, primeiramente o fato de que o TSE buscou formas de responder aos ataques discursivos de Bolsonaro através do diálogo institucional, tal como ocorreu na ida do então presidente do tribunal à Câmara dos Deputados.

Ademais, o tribunal desempenhou esforços para combater o cenário de desinformação criado entorno dessa suposta “falta de segurança” do processo eleitoral. Nesse intuito, através

de uma Comissão de Transparência, traçou estratégias que visavam reforçar a transparência do processo e seus critérios de segurança, além de aumentar o conhecimento da população geral, através dos meios de comunicação, acerca da história do voto, dos avanços alcançados como a garantia do sigilo do voto e fim das fraudes (SANTANO, 2022). Ao analisar as falas do então presidente, vemos que esse esforço foi desconsiderado, a vontade de verdade, pautada na narrativa de uma suposta insegurança, promoveu a exclusão do discurso oficial promovido pelo TSE e, conseqüentemente, sua deslegitimação para com a parcela populacional restrita aos seus apoiadores.

Outrossim, essa disputa em torno da verdade observada entre o então presidente e o TSE esteve pautada na exclusão de um dos pontos mais importantes de toda essa discussão: os critérios de segurança do nosso sistema eleitoral. Nessa perspectiva, 12 meses antes da eleição ocorre a abertura do código fonte, no qual todo o sistema das urnas eletrônicas é aberto para a inspeção das entidades fiscalizadoras, para que caso encontrem problemas possam apresentá-los à instituição, e vale destacar que alterações no sistema são rastreáveis, o que impossibilita sabotagens em meio a esse processo. No mês seguinte, ocorre o Teste Público de Segurança (TPS), no qual a segurança do sistema é testada por tentativas de ataques que possam comprovar sua efetividade, e vale ressaltar que todo cidadão brasileiro com idade superior a 18 anos pode participar e o TSE até se disponibiliza para auxiliar os participantes em relação a custos de viagem e hospedagem, o que destaca o caráter democrático e participativo do processo, que visa identificar possíveis vulnerabilidades e corrigi-las, o que também demonstra o fato de que esse sistema está em constante aperfeiçoamento.

A seis meses da eleição ocorre o Teste de Confirmação do TPS, que tem o objetivo de assegurar que os possíveis apontamentos apresentados no TPS foram de fato solucionados. Para isso, aqueles que identificaram as vulnerabilidades retornam para essa verificação. A um mês da eleição, ocorre a Cerimônia de Assinatura Digital e Lacração dos Sistemas, na qual as entidades fiscalizadoras acompanham a assinatura digital dos sistemas pelo TSE, e a disponibilização de resumos digitais dos sistemas lacrados que são disponibilizados na internet para que os cidadãos possam verificar se o sistema utilizado no dia votação é o mesmo que foi assinado e lacrado pelo TSE, e essa verificação chega a ser feita pelas próprias entidades fiscalizadoras na véspera da eleição.

Além disso, vale pontuar que as urnas eletrônicas não possuem conexões de rede, como internet móvel, wifi e bluetooth, o que impossibilita invasões hackers por esses meios. Então, um mês antes da eleição ocorre a Cerimônia de Geração de Mídias para inserir os sistemas verificados e dados referentes aos candidatos, partidos, zonas eleitorais, entre outros. É

importante destacar que esse processo é feito com a presença das entidades fiscalizadoras, que podem incluir representantes dos partidos políticos, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil.

No dia da eleição ocorre a Auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, na qual é realizado o sorteio de urnas em todos os estados do Brasil para que sejam testadas, o que ocorre de forma aberta e com registros em vídeo expostos ao vivo através da Internet. A seguir é feito mais um teste de autenticidade com o intuito de verificar se o sistema presente nas urnas é o mesmo que foi assinado e lacrado pelo TSE, o que envolve os partidos políticos e outras entidades. Logo após, temos a Zerésima que é a impressão de um documento que comprova a inexistência de votos previamente registrados, evitando as antigas “urnas grávidas” observadas no contexto anterior a implementação das urnas eletrônicas.

Desse modo, a votação é iniciada seguindo rígidos critérios de segurança, e junto com o Registro Digital do Voto (RDV) ocorre também o Boletim de Urna (BU), que é um comprovante impresso que contém os resultados das votações nas sessões eleitorais, e disponibiliza um QRCode para que os leitores possam comparar os dados impressos e digitais por meio de um aplicativo disponibilizado pelo TSE. Ou seja, nosso processo eleitoral já apresenta uma dupla possibilidade de contagem de votos que converge na garantia da seguridade do sistema. Ao fim das apurações, os dados do RDV e do BU são divulgados na Internet permitindo auditorias públicas, que reforçam a segurança do sistema, considerado que pode ser verificada pelos cidadãos. Além disso, todas essas informações referentes ao processo eleitoral e seus mecanismos de segurança estão disponíveis do site oficial da Justiça Eleitoral, ligada ao TSE²⁹, e outras mídias oficiais, que apresentam tudo de forma cronológica e de fácil compreensão.

Após esse breve resumo que demonstra os muitos procedimentos de segurança envolvendo nosso sistema eleitoral, cabe retomar as falas do então presidente Jair Bolsonaro. Nesse cenário, ao afirmar a suposta falta de segurança, ignorando todas essas etapas, ele demonstra um ponto marcante do que caracteriza seu discurso político, seja pela imposição da sua vontade de verdade, pela exclusão do discurso oficial do TSE que expressa os avanços conquistados através desse sistema, ou mesmo o fato de o próprio Jair Bolsonaro ter defendido a implementação desse sistema. Esse último ponto destaca como o discurso político se encontra em permanente construção e ao mesmo tempo em desconstrução, na tentativa de construir

²⁹ ELEITORAL, Justiça. Auditoria e fiscalização. Tribunal Superior Eleitoral, 2023. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/urna-eletronica/opportunidades-de-auditoria-e-fiscalizacao.html>.

narrativas, de fixar sentidos através da promoção do descrédito em relação aos outros discursos, visto que esse processo ocupa um lugar central nas disputas em torno do poder (SILVA, 2020).

É possível relacionar essa vontade de verdade ao fenômeno contemporâneo da “pós-verdade”, considerando que essa última remete a uma noção de verdade que é atrativa a determinados interesses, sentimentos e conjuntos de crenças, e que tem influenciado fortemente o panorama político da atualidade (ANDRADE; CORIOLANO, 2018). Nessa perspectiva, a pós-verdade se trata de uma verdade produzida após os acontecimentos, embora através da ignorância em relação aos fatos, para compreendê-la é necessário estabelecer uma diferenciação: existe o campo do real, que remete aos acontecimentos que independem das nossas vontades, ou seja, o fato por si só, e o campo da realidade, que diz respeito às narrativas, às construções em torno do real, o que remete a determinadas seleções e perspectivas. Desse modo, a pós-verdade consiste na sobreposição do real pela realidade, do fato pela narrativa, uma verdade construída para tornar os fatos manipuláveis ou simplesmente ignorados em um determinado conjunto de crenças, que visam atender determinados interesses, defender certas visões ancoradas em particularidades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2023).

O historiador Yuval Noah Harari (2018) destaca que a pós-verdade não é uma invenção do século XXI, pois remete a uma característica humana que foi fundamental em seu processo evolutivo. Nessa perceptiva, a construção de realidades foi um fator central para estimular a colaboração entre as pessoas, visto que ao compartilhar do mesmo sistema de crenças, os indivíduos se sentem como parte de algo, e para isso, era necessária a criação de narrativas e a sua difusão, afinal, quanto maior o seu espalhamento, maior a colaboração promovida (HARARI, 2018). Entretanto, o que antes representou uma característica evolutiva fundamental, hoje se mostra um problema que influencia discursos políticos e promove graves distorções do real, tal como foi observado nos ataques de Bolsonaro em relação às urnas eletrônicas.

Nesse cenário contemporâneo da pós-verdade, vemos os discursos oficiais ou factuais que eram historicamente validados, tal como o do TSE, sendo invalidados pelo campo da realidade ou narrativa, como ocorre nos ataques promovidos por Bolsonaro. Esse processo de invalidação promovido pela pós-verdade remete a um outro fenômeno que surge a partir desse cenário, as chamadas “Fake News”. Essa emergência pode ser conceituada como notícias falsas que são produzidas com o intuito de enganar, influenciar aqueles que as recebem, o que pode se relacionar a determinados comportamentos políticos que atendam certos interesses (SANTAELLA, 2018).

Com a maior difusão de informações promovida pelas redes sociais, essa sobreposição do real pela realidade alcançou patamares nunca vistos, e logo passou a influenciar a política, visto que em questão de minutos um enunciado é curtido e compartilhado milhares de vezes. Através dessa ampla difusão, são conferidas noções de verdades a esses enunciados, mesmo que não tenham embasamento factual, ou seja, essas redes proporcionaram um espaço propenso à criação e difusão de discursos narrativos descolados do real (DORNE, 2021). Desse modo, os discursos promovidos por Bolsonaro não ficaram retidos ao local das manifestações, pois logo são gravados, postados, curtidos e compartilhados nas redes, o que, aos olhos de seus apoiadores, lhes conferirá alguma legitimidade.

Desse modo, ao adentrar as redes, os discursos de Bolsonaro passam a ser incorporados por determinados sujeitos, sua vontade de verdade se dissemina rapidamente em seu processo ordenado e excludente, assim, ocorre o conceito foucaultiano da chamada “doutrina”, que diz respeito à promoção dos determinados discursos para certos grupos, estimulando um sentimento de pertencimento. Tal como destaca o filósofo: “[...] a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmos, de todos os outros” (FOUCAULT, 1996, p. 43). Nessa perspectiva, as doutrinas podem ser ilustradas através dos grupos de WhatsApp, Facebook, Telegram e outros, nos quais são formadas “bolhas” que promovem a difusão e retenção de determinadas informações nesses espaços virtuais e a exclusão de outros discursos que não atendem aos interesses em jogo. Assim, controla-se a circulação dos enunciados que chegam até esses indivíduos que integram os grupos e o que pode ser considerado verdadeiro nesses espaços. Além disso, cabe destacar que esses grupos são um espaço bastante propício aos disparos em massa das Fake News.

Nesse cenário, dentro da perspectiva das doutrinas, esses grupos podem fazer circular as narrativas construídas pelos discursos do então presidente, replicando a ideia de uma descrença na segurança do sistema eleitoral e ao mesmo tempo excluindo o discurso oficial do TSE ou deslegitimando os fatos apresentados, visto que o verdadeiro discurso seria aquele promovido pela doutrina. Os próprios algoritmos presentes nas redes favorecem o processo de chegada de determinadas informações aos usuários, visto que são programados para oferecer aquilo que pode ser atrativo a esses indivíduos, algo que possa expressar seus anseios e medos (EMPOLI, 2019). Nesse sentido, os próprios mecanismos presentes nas redes favorecem a criação das bolhas, considerando que as informações encaminhadas aos usuários muitas vezes são limitadas aos seus sistemas de crenças e desejos.

Desse modo, o real tem sua relevância menosprezada, visto que ele não atende aos interesses em jogo, que buscam a promoção de um questionamento embasado unicamente no campo da narrativa, assim os fatos são ignorados e descredibilizados. Nesse ponto, cabe destacar a tal “farsa promovida pelo TSE” que o então presidente havia apontado, referindo-se às eleições que ocorreriam em 2022, apontando uma suposta “conspiração” que estaria em curso para inviabilizar sua reeleição. Em um debate eleitoral realizado na TV Globo o então presidente chegou a afirmar: “o sistema todo está contra mim. Grandes redes de televisão, uma aqui. Tá? Tribunal Superior Eleitoral. Quase todas as queixas dão a seu favor”³⁰, na tentativa de apontar uma suposta preferência do tal “sistema” em relação ao seu principal opositor, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa fala, o então presidente e candidato à reeleição retoma algumas estratégias que foram importantes para sua vitória em 2018: a ideia do outsider, do antissistema, daquele que não tem o desejo de poder, mas sim que luta contra determinadas práticas inerentes ao exercício do poder, e que estaria sofrendo uma reação por não se adequar ao jogo político pré-estabelecido. Além disso, ao apontar essa suposta preferência do sistema pelo seu opositor, podemos notar um apelo ao sentimento antipetista que também foi fundamental para sua chegada à presidência da república: a ideia do candidato de oposição como um representante de todos os males do país e integrante do tal sistema corrupto e ineficiente. Desse modo, essa reação sistemática se daria por uma suposta fraude na eleição de 2022, na qual de algum jeito todos os procedimentos de segurança já citados seriam burlados, embora Jair Bolsonaro nunca tenha apresentado fatos que corroborassem suas afirmações, e nas vezes em que tentou apresentar suas narrativas, sua vontade de verdade, foi prontamente desmentido pelo discurso oficial e factual³¹.

Assim, cabe destacar o quão impossível seria fraudar um processo eleitoral que conta com tantos procedimentos que embasam sua confiança, que é acompanhado inclusive pelos próprios partidos políticos e outras entidades fiscalizadoras, e visto que a tentativa logo seria identificada. Como o próprio partido do então presente faria parte da suposta fraude? Como seria necessário um voto impresso e auditável se o sistema já oferece essa possibilidade por meio de uma auditoria pública envolvendo tanto o RDV quanto o BU? Essas são questões não respondidas que ilustram o caráter narrativo dos ataques promovidos naquelas manifestações e

³⁰ As frases de Bolsonaro no debate: "O sistema está todo contra mim". UOL, São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, 20/10/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/29/frases-globo-debate-bolsonaro.htm>.

³¹ Bolsonaro ataca urnas eletrônicas com inquérito desmentido pelo TSE. NEIVA, Lucas. UOL, Congresso em Foco, 18/07/2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-ataca-urnas-eletronicas-com-inquerito-desmentido-pelo-tse/>.

demais momentos, como também o caráter antidemocrático de um discurso sem embasamento factual que tem como consequência direta o enfraquecimento das instituições democráticas, tal como o TSE.

Ademais, mesmo afirmando que “o povo” compartilhava de seus questionamentos, uma pesquisa de opinião realizada pelo instituto Datafolha apontou que a confiança geral nas urnas eletrônicas representava 79% dos brasileiros, apesar dos ataques discursivos do então presidente³². Nesse sentido, ao não expressar uma perspectiva que dizia respeito a uma ampla parcela da população, resta supor que o discurso tinha como foco um segmento específico, ligado fortemente ao então presidente. Além disso, cabe destacar que o Ministério da Defesa, comandado pelo general Paulo Sérgio Nogueira, acompanhou ativamente o processo eleitoral com a aprovação do TSE, chegando a apresentar propostas que foram aceitas pelo Tribunal³³ e produzir um relatório próprio sobre o andamento do processo, que no fim não apontou a ocorrência de fraudes³⁴. Assim, ao defender teses infundadas e supostos aprimoramentos sem embasamento ou necessidade, ao ignorar o discurso oficial e os fatos apresentados, ignora-se as bases do regime democrático e com isso é promovida a morte da democracia.

Em meio a esse cenário de pós-verdade e ampla difusão das Fake News, no qual noções de verdades são produzidas e compartilhadas sem a devida verificabilidade, desprezando ou ignorando o campo do real e os discursos oficiais, tais ataques narrativos logo adquirem o “teor de verdade” para aqueles que desejam o enunciado enquanto verdadeiro. Nessa perspectiva, é extremamente confortável para alguns receber apenas a informação que lhes interessa, sem o impacto de lidar com o que é contraditório e pode colocar em xeque a construção da realidade que integra seu sistema de crenças, tal como é promovido pelos algoritmos das redes sociais. E vale destacar que a pós-verdade atua justamente naquilo que compõe os anseios das pessoas e seus medos, talvez o medo da vitória de um candidato que foram ensinados a odiar pela onda do antipetismo, que supostamente representaria um mal enraizado no país e em todo o sistema, sendo mais conveniente acreditar na farsa do que na probabilidade de sua vitória real.

Desse modo, na medida em que os discursos antidemocráticos do então presidente Jair Bolsonaro atuam na criação de uma narrativa que aponta para a possibilidade de uma suposta

³² Datafolha: 79% afirmam confiar muito ou um pouco na urna eletrônica; 20% dizem não confiar. G1, 30/07/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/07/30/datafolha-79percent-afirmam-confiar-muito-ou-um-pouco-na-urna-eletronica-20percent-dizem-nao-confiar.ghtml>.

³³ D'AGOSTINO, Rosanne.; MATTOS, Marcella. Ministro diz que militares não serão 'revisores' das eleições, mas defende sugestões levadas ao TSE. G1, Brasília, 14/07/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/14/ministro-diz-que-militares-nao-serao-revisores-das-eleicoes-mas-defende-sugestoes-levadas-ao-tse.ghtml>.

³⁴ Relatório da Defesa não aponta fraudes na eleição: o que diz o documento? G1, 09/11/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63579415>.

farsa eleitoral que estaria sendo arquitetada pelo tal “sistema”, e ao ponto em essa fantasia é incorporada pelo seu eleitorado, quais seriam as possíveis consequências dessa sobreposição do real pela realidade, visto que embora essa verdade construída tenha um caráter narrativo e ficcional, suas consequências ocupam o campo do real, podendo levar a violência e ao retrocesso?

3.1. Possíveis consequências do discurso antidemocrático

No dia 30 de outubro de 2022 ocorreu o segundo turno da eleição presidencial, no qual foi observada a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que, com uma vitória apertada, obteve mais de 60 milhões de votos³⁵. Entretanto, no dia seguinte houve uma reação da base de eleitores do então presidente Jair Bolsonaro, que realizaram mais de 400 atos de bloqueios a rodovias como um modo de contestação do resultado eleitoral³⁶. Nesse ponto, cabe destacar a paralização de rodovias que representou um problema sério, pois, ao impedir a livre circulação dos veículos, transplantes de órgãos, cirurgias e emergências médicas podem ser atrasados ou totalmente inviabilizadas³⁷, além de afetar o abastecimento de supermercados e outras questões essenciais.

Esses bloqueios também foram observados nos meses seguintes, atingindo também o funcionamento de aeroportos; era uma evidente tentativa de paralisar serviços essenciais como forma de exercer uma pressão antidemocrática, e o questionamento de uma vitória eleitoral limpa e democrática. Quase dois meses após a eleição, esse segmento da população permanecia engajada no questionamento da vitória de Lula, agora com acampamentos permanentes em frente aos quartéis militares pedindo a “tão sonhada” intervenção militar³⁸. Era possível perceber uma incredulidade no resultado da eleição, o desejo de que aquele fato não fosse real, que houvesse a possibilidade de uma reação a esse processo democrático, seja qual fosse.

³⁵ Eleição para Presidente. G1, 31/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/apuracao/presidente.ghtml>.

³⁶ Bloqueios em rodovias contra resultado das urnas entram no 2º dia; governadores mandam PM liberar vias. G1, 01/11/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/01/bloqueios-em-rodovias-contra-resultado-das-urnas-apos-derrota-de-bolsonaro-entram-no-2o-dia.ghtml>.

³⁷ ALECRIM, Giulia; ROSA, André; LAFOREDA, Bruno. Criança impedida por bloqueio em rodovia do Mato Grosso consegue fazer cirurgia no olho. CNN, São Paulo, 24/11/2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/crianca-impedida-por-bloqueio-em-rodovia-do-mato-grosso-consegue-fazer-cirurgia-no-olho/>.

³⁸ A rotina do acampamento em SP onde bolsonaristas pedem intervenção militar. BBC News Brasil, 26/12/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64042482>.

Nesse cenário, um militar da reserva que fazia parte dos acampamentos chegou a afirmar: "o sistema é muito maior do que todos nós imaginamos", se referindo a algo que se relaciona diretamente a tese da tal "conspiração" que estaria correndo entorno desse processo eleitoral, envolvendo o judiciário, os políticos, a mídia, enquanto outros exigiam a liberação do "código fonte", que supostamente poderia desmascarar a tal farsa³⁹. Nesse ponto, é possível traçar alguns paralelos entre essa reação e os discursos que haviam sido promovidos por Bolsonaro no ano anterior, tal como uma "reação sistemática" contra sua reeleição e uma suposta falta de segurança do processo eleitoral, uma reação que, assim como seus discursos, estava situada no campo da narrativa, considerando o fato de que o tal código fonte havia sido liberado 12 meses antes da eleição pelo próprio TSE. Além disso, no dia 12 de dezembro de 2022, bolsonaristas tentaram invadir o prédio da Polícia Federal em Brasília e incendiaram ônibus e carros, como meio de protesto contra a diplomação do candidato eleito⁴⁰.

Diante de tudo o que estava acontecendo, o então presidente Jair Bolsonaro ficou em silêncio durante ao menos 44 horas, e ao se manifestar no dia 01 de novembro de 2022 não reconheceu formalmente a vitória de seu opositor, e ainda afirmou: "[...] os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça, de como se deu o processo eleitoral"⁴¹ –, o que reforça a narrativa construída em seus discursos de uma suposta "fraude" e da falta de confiança que foi induzida em relação ao TSE, assim, se relacionando diretamente ao cenário de caos que podia ser observado em várias regiões do país. Esse fato pode ter influenciado fortemente na continuidade do cenário, visto que essa reação acaba por passar a ideia de uma contestação que envolvia tanto os manifestantes como o próprio presidente, e talvez a esperança de um acontecimento, uma reviravolta que pudesse atender às demandas apresentadas. Nesse ponto, chegamos em um fator marcante do exercício do poder pela perspectiva foucaultiana, visto que a prática discursiva está diretamente ligada ao direcionamento de determinados comportamentos políticos e estratégias (FOUCAULT, 2008).

Nesse panorama, considerando que o discurso é um elemento central nas lutas envolvendo o desejo de poder, o exercício de tal poder tem como um de seus elementos centrais a condução de sujeitos, a maneira como agem e são levados a isso. Conduzir, nessa perspectiva, diz respeito às estratégias de ação de uns sobre outros, um ordenamento de probabilidades em

³⁹ A rotina do acampamento em SP onde bolsonaristas pedem intervenção militar. BBC News Brasil, 26/12/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64042482>

⁴⁰ Bolsonaristas radicais tentam invadir prédio da PF e incendeiam carros e ônibus em. G1 DF e TV Globo, 12/12/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/12/bolsonaristas-radicaais-depredam-carros-em-frente-ao-predio-da-policia-federal-no-df.ghtml>.

⁴¹ Em discurso, Bolsonaro não menciona derrota para Lula, mas diz que cumpre Constituição. BBC News Brasil, 01/11/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63464255.amp>.

meio às lutas em torno do poder. Um outro ponto significativo desse conjunto é a noção do que seriam as estratégias adotadas, visto que estão ligadas ao modo de agir do sujeito que anseia o poder, como pensa a possível a ação do outro, e com isso, o define os métodos que possam lhe trazer certas vantagens em relação a esse outro, ou seja, a estratégia consiste numa previsão, num direcionamento de dados sujeitos e de como o isso pode beneficiar aquele que direciona, lhe proporcionando o tão desejado exercício do poder. Assim, chegamos ao que pode ser definido como “estratégias de poder” (FOUCAULT, 1982 apud DREYFUS; RABINOW, 2013).

A relação entre o discurso, o desejo de poder e a condução de condutas dentro dessa perspectiva das estratégias de poder, exerce um papel fundamental na compreensão dos eventos que foram observados após o resultado das eleições de 2022, assim como pode elucidar uma análise do desencadeamento de eventos que se seguiram após os acampamentos em frente aos quartéis. Nessa linha, cabe destacar que no início de janeiro de 2023, mesmo após a posse do presidente eleito, ainda podiam ser observados os acampamentos e o clima de inconformidade ao resultado democrático de 2022, e no dia 8 foi observada a maior demonstração de atentado ao estado democrático de direito que podemos destacar, algo nunca visto na história do país.

Do dia 7 de janeiro, o acampamento dos bolsonaristas em frente ao Quartel do Exército em Brasília dava sinais de esvaziamento, porém, foi observada a chegada de ao menos 11 ônibus repletos de manifestantes ao local⁴². Porém, ao contrário do que se podia pensar, essa chegada não visava a premência do acampamento, e sim algo de natureza ainda mais danosa, pois, no dia seguinte cerca de 4 mil desses manifestantes adentraram a Praça dos Três Poderes, e logo ao adentrar os prédios, promoveram sucessivos atos de destruição do patrimônio público e dos espaços físicos que representam o estado democrático de direito⁴³.

Nesse panorama, recorro-me de acompanhar os noticiários com apreensão. Naquele momento, havia uma forte incerteza acerca dos possíveis desfechos daquela invasão, visto que o temor de uma aderência dos militares estava presente. Nesse ponto, cabe destacar que isso não seria uma novidade, dado o passado brasileiro e seus sucessivos golpes de Estado, o que se reflete no fato de que a manutenção e defesa da democracia é um campo em disputa, uma pauta que ainda não recebeu a devida atenção. É em um momento como esse que percebemos o fato de que os direitos e conquistas alcançados até aqui logo poderiam ser revogados pela tomada

⁴² VINHAL, Gabriela. Ônibus com bolsonaristas chegam a QG do Exército em Brasília. UOL, em Brasília, 07/01/2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/07/onibus-com-bolsonaristas-chegam-a-qg-do-exercito-em-brasilia.htm>.

⁴³ Três Poderes sob proteção; STF proíbe bloqueios e manda prender bolsonaristas de nova manifestação. G1, 09/01/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64210027>.

de poder e implementação de um regime autoritário. O fato de que nesse momento havia sido construída uma forte descrença nas instituições, fazendo com que uma determinada parcela da população atentasse violentamente contra o regime democrático e seus espaços físicos representativos. É em uma situação como essa que a incerteza e o temor evidenciam o risco de ruptura institucional, a possibilidade de perda de direitos, da consolidação de graves retrocessos históricos.

O pano de fundo desse atentado à democracia era o não reconhecimento da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano anterior, muito em função da crença na narrativa da suposta “farsa sistêmica” repetida inúmeras vezes por um certo agente político, embora caiba destacar que o antipetismo também esteve presente nos atos, como uma sequela que, além de influenciar a trajetória de Bolsonaro, permanecia forte entre o segmento eleitoral da direita. Durante o dia, o caráter vândalo e antidemocrático foi evidenciado através de vidraças quebradas, objetos de arte roubados ou destruídos, roubo de armas, destruição de documentos, entre outras ações criminosas, gerando um prejuízo de mais de 20 milhões de reais segundo dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação⁴⁴. Além disso, cabe destacar que a destruição se mostrou ainda mais significativa no espaço físico do STF⁴⁵, visto que ao longo do governo anterior, a corte e seus ministros foram mencionados diversas vezes nos discursos do agora ex-presidente Jair Bolsonaro, costumeiramente de forma conflituosa em relação às pautas do governo.

O objetivo final da invasão esteve evidente desde o início: pressionar pela renúncia ou derrubada do presidente Lula, pois, considerando os atos anteriores, não é de se espantar que estivessem aguardando a intervenção militar pela qual clamaram até aqui. Nesse ponto, é possível estabelecer uma correlação histórica entre o ato do 8 de janeiro de 2023 e a maneira como se deu o golpe militar de 1964, visto que no contexto anterior havia um forte clima de tensão que foi intensificado pela ação de um general; tal sujeito deu o ponto de partida em um contexto que perduraria por anos, através daquela movimentação de tropas. Nessa perspectiva, se em 1964 as tensões giravam entorno do anticomunismo, em 2023 ela estaria imersa na narrativa da suposta farsa sistêmica apontada por Bolsonaro, visto que em ambos os contextos

⁴⁴ BRAGON, Ranier. STF, Planalto e Congresso têm prejuízo de pelo menos R\$ 20 milhões com 8/1. Folha de São Paulo, Brasília, 04/07/2023. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2023/07/stf-planalto-e-congresso-tem-prejuizo-de-pelo-menos-r-20-milhoes-com-81.shtml>.

⁴⁵ Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. G1, 08/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>.

era necessária a construção de uma verdade que pudesse, na visão de alguns, justificar a tomada de poder.

Os atos ocorridos no 8 de janeiro demonstram que a ameaça antidemocrática observada nos protestos de 2019 a 2022, nos quais apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro pediam intervenção militar, se limitavam a uma forma de intimidação aos poderes constitucionais. Nessa linha, embora houvesse um temor, a real tentativa de tomada de poder não se daria por uma movimentação de tropas como foi em 1964, e sim pela ação de um segmento radical da população que incorporou uma narrativa defendida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, considerando que talvez ocorrendo pelas mãos do “povo” seria conferida alguma legitimidade, mesmo que isso não representasse os interesses da população em geral. Nesse ponto, cabe destacar que o governo Bolsonaro havia editado decretos para facilitar o acesso a armas de fogo, com isso mais de 1 milhão armas foram registradas entre 2019 e 2022⁴⁶, visto que era uma pauta que encontrava bastante apoio em seu eleitorado, além do fato do então presidente defender ativamente esse acesso, tal como afirmou em 2022: “Povo armado jamais será escravizado; comprem suas armas”⁴⁷, o termo “povo”, nesse caso, diz respeito a sua base radical.

Porém, nesse caso do 8 de janeiro, não houve a inação das instituições, que logo reagiram e condenaram os atos, considerando que, enquanto o presidente João Goulart havia evitado uma reação ao golpe militar de 64 por temer uma escalada de conflitos, o presidente Lula decretou uma intervenção federal do DF para o restabelecimento da ordem pública, trazendo para o governo federal as competências na área da segurança pública entre os dias 8 a 31 de janeiro⁴⁸. Além disso, o presidente afirmou na ocasião:

Eu queria dizer para vocês que todas essas pessoas que fizeram isso serão encontradas e serão punidas. Elas vão perceber que a democracia garante o direito de liberdade, de livre comunicação, livre expressão. Mas também exige que as pessoas respeitem que as instituições. Essas pessoas fizeram o que nunca foi feito na história desse país. É importante lembrar que a esquerda brasileira já teve gente torturada, já teve gente morta, já teve gente desaparecida. E nunca vocês leram uma notícia de que algum

⁴⁶ MILITÃO, Eduardo. Sob Bolsonaro, país tem mais de 1 milhão de novos registros de armas. UOL, Brasília, 04/06/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/04/registro-de-armas-jair-bolsonaro-cacs-violencia-homicidios-lobby.htm>.

⁴⁷ 'Povo armado jamais será escravizado; comprem suas armas', diz Bolsonaro. UOL, Brasília e São Paulo, 10/08/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/08/10/povo-armado-jamais-sera-escravizado-comprem-suas-armas-diz-bolsonaro.htm>.

⁴⁸ Lula decreta intervenção federal na área de segurança no DF: entenda como funciona. G1, Brasília, 08/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/08/lula-decreta-intervencao-federal-na-area-de-seguranca-no-df-entenda-como-funciona.ghtml>.

partido de esquerda, algum movimento de esquerda invadiu o Congresso Nacional, a Suprema Corte e o Palácio do Planalto⁴⁹.

Outrossim, observamos algo muito diferente do que foi observado em 1964 com o Congresso Nacional agindo de forma congruente, pois, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou: "[...] os responsáveis que promoveram e acobertaram esse ataque à democracia brasileira e aos seus principais símbolos devem ser identificados e punidos na forma da lei.", assim como o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco afirmou: “[...] repudio veementemente esses atos antidemocráticos, que devem sofrer o rigor da lei com urgência.”, o que destaca uma ampla condenação dos atos. Além disso, apesar da destruição de seu espaço físico, o STF se manifestou nas redes sociais trazendo o seguinte posicionamento: "presidente do STF, Ministra Rosa Weber, diz que Suprema Corte não se deixará intimidar por atos criminosos e de delinquentes infensos ao estado democrático de direito”⁵⁰.

Uma outra diferença central é que, ao contrário de 1964, o objetivo não se concretizou, visto que o governo se manteve através de uma forte reação institucional e já durante a noite a situação estava controlada, com destaque aos 300 presos ainda no local⁵¹. Três dias após, a quantidade de presos pelos atos antidemocráticos já chegava aos 1.138⁵², e em setembro de 2023, a Procuradoria Geral da República apresentou mais de 1.300 de possíveis envolvidos nos atos, que logo irão a julgamento no STF⁵³, e ente os primeiros réus condenados, houve penas de até 17 anos de prisão, e na decisão houve destaque para o crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito⁵⁴.

Assim, vê-se que ao contrário do ocorrido em 1964, no caso recente tivemos uma reação institucional que se mostrou eficaz em evitar outra derrubada de um governo democrático, além

⁴⁹ VINHAL G; MELLO, I. Lula decreta intervenção federal no DF até 31 de janeiro. UOL, Brasília e Rio de Janeiro, 08/01/2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/lula-decreta-intervencao-federal-no-df-ate-31-de-janeiro.htm>.

⁵⁰ Autoridades se pronunciam sobre a invasão de terroristas bolsonaristas ao Congresso, Planalto e STF. G1, 08/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/politicos-e-autoridades-se-pronunciam-sobre-invasao-de-vandalos-bolsonaristas-ao-congresso.ghtml>.

⁵¹ Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. G1, 08/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>.

⁵² Terrorismo em Brasília: lista de presos por invasão à Praça dos Três Poderes tem mais de 1 mil nomes. G1 11/01/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/11/terrorismo-em-brasilia-lista-de-presos-por-invasao-a-praca-dos-tres-poderes-chega-a-670-nomes-veja.ghtml>.

⁵³ ISMERIM, Flávio; ARAÚJODA, Thayana. STF marca retomada do julgamento de 8 de janeiro no plenário virtual a pedido de Moraes. CNN, São Paulo, 19/09/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-marca-retomada-do-julgamento-de-8-de-janeiro-no-plenario-virtual-a-pedido-de-moraes/>.

⁵⁴ VIVAS, Fernanda. Julgamento dos atos golpistas: STF condena dois réus a 17 anos e um a 14 anos. TV Globo, Brasília, 14/09/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/14/moraes-vota-para-condenar-o-terceiro-reu-dos-atos-golpistas-por-cinco-crimes.ghtml>.

do fato do ex-presidente Bolsonaro não ter conseguido um amplo apoio popular em sua narrativa e nem da comunidade internacional. Além disso, cabe destacar que uma pesquisa de opinião realizada pelo instituto Ipsos apontou que 81% da população condenava os atos antidemocráticos do 8 de janeiro, o que demonstra que os simpatizantes de representam uma minoria radical, com influências e motivações específicas⁵⁵.

Ademais, tal como foi destacado, a questão central em torno dos atos era a contestação do resultado eleitoral de 2022, tema que foi repetidamente abordado pelo então presidente em seus discursos, que eram direcionados aos seus eleitores. Nessa perspectiva, o processo eleitoral contou com inúmeras etapas para garantir a segurança, contando inclusive com o acompanhamento de integrantes do próprio governo Bolsonaro, tal como o ministro da defesa, e em momento algum houve comprovação de fraude no resultado, visto que pode ser auditado publicamente. Nesse ponto, os discursos logo podem ser inseridos na construção de uma determinada verdade, no desejo que o sistema seja inseguro mesmo não havendo comprovações, uma vontade de verdade que tende a impor essa construção através da ignorância dos fatos apresentados.

Essa verdade que foi produzida, explorando os medos e rancores de determinados sujeitos, tal como o antipetismo, na crença de uma “farsa sistemática”, baseada unicamente na construção de uma determinada realidade sem embasamento no campo do real, o fenômeno da pós-verdade. A criação de uma doutrina em grupos virtuais, visando a replicação dessa produção discursiva e a invalidação ou completa ignorância de outros discursos, que pudessem atuar na desconstrução dessa tese golpista e nitidamente antidemocrática. Esse caráter é evidenciado pela não aceitação de um resultado democrático e livre de fraudes, uma recusa baseada na vontade de verdade, na pós-verdade, no descrédito aos fatos.

Nesse sentido, considerando o fato de que esses discursos antidemocráticos eram produzidos com foco em sujeitos que pudessem agir de determinadas formas, a construção de uma verdade que pudesse conduzir, pois, se todo o sistema se encontra corrompido, como esses sujeitos alcançariam a vitória que tanto queriam senão por sua própria ação? Seu próprio candidato afirmou que não poderiam admitir um sistema que não oferecia segurança. A partir disso, observamos uma característica central do exercício do poder, algo que se inicia com o discurso e a vontade de verdade, e logo configura as estratégias necessárias para a condução dos comportamentos, e isso se evidencia no fato de que os manifestantes antidemocráticos

⁵⁵ 81% dos brasileiros desaprovam invasões de 8 de janeiro em Brasília, diz pesquisa Ipsos. G1, 13/01/2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64257618>.

agiram através da verdade construída. Desse modo, o desencadeamento de eventos do pós-eleições de 2022 podem ser diretamente relacionados a uma determinada prática discursiva e suas construções narrativas acerca do cenário em que estavam imersas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente abordamos as falas de Bolsonaro em seu período como deputado federal, e era evidente que seu caráter antidemocrático já poderia ser constatado naqueles momentos, o que deixa muitas dúvidas de como o problema não foi identificado por uma parcela mais expressiva da população já nesses primeiros momentos. Nesse sentido, Foucault (2006) destaca que o visível por vezes está tão próximo de nós que não o percebemos, sendo necessário analisar, elucidar, o que vai de encontro à própria noção da atividade intelectual. Essa proximidade pode estar relacionada ao passado autoritário do Brasil, visto que houve diversos momentos em que a normalidade política e a regra democrática se encontraram abaladas, contextos que passam pela Primeira República (1889-1930), Era Vargas (1930-1945), Ditadura Militar (1964-1985), momentos históricos que demonstram a presença de um autoritarismo histórico no país (SCHWARCZ, 2019). Talvez o autoritarismo e as ameaças antidemocráticas estejam tão presentes em nossa história, tão visíveis, que atualmente nem as percebemos em suas novas manifestações.

Ademais, é importante destacar que essas novas ameaças estiverem ancoradas em noções como a antipolítica e o antipetismo, que em muito contribuíram para a relativização daqueles discursos, para a não percepção de sua periculosidade, por mais visível que ela fosse. Entretanto, na medida em que o então deputado chega ao cargo de presidente da República, seu caráter antidemocrático é cada vez mais evidenciado. Nessa linha, sua participação e incentivo de manifestações pedindo o fechamento das instituições democráticas e uma nova intervenção militar, constituíram um elemento recorrente em seu governo. Assim, logo se via que suas relações institucionais se dariam por meio da intimidação antidemocrática, de uma pressão que era exercida em relação aos demais poderes através de uma parcela radical da população brasileira, visto que esses atos eram destacados pelo então presidente como manifestações espontâneas que expressavam o desejo do povo, porém, em uma delimitação bastante específica.

Nesse panorama, não é surpresa que esse agente político logo tenha buscado a implementação de mudanças escusas no sistema eleitoral, que é uma garantia fundamental da nossa democracia. Após os cenários das manifestações antidemocráticas, o então presidente logo passou a concentrar seus ataques discursivos na segurança do voto eletrônico e do sistema como um todo, visto que afirmava haver uma “fraude” que estaria sendo promovida pelo então presidente do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso. É nesse ponto que se chegou em um momento decisivo do governo Bolsonaro, a apresentação da chamada PEC do voto impresso,

que aparentemente visava o aprimoramento do sistema, quando o que buscava era reforçar a narrativa de que seriam necessárias mudanças para a garantia da segurança eleitoral. Isso encontra respaldo no caráter vago da PEC, visto que estava muito mais focada em propor alterações do que em esmiuçar os detalhes de como se daria a sua implementação, assim, deixando diversas questões fundamentais de fora desse debate. Além disso, as lacunas da PEC tinham um caráter extremamente perigoso, pois poderiam tanto violar o princípio constitucional do sigilo do voto, como também levar o país rumo a terríveis retrocessos, tal como quando o voto em cédulas de papel era constantemente fraudado. Assim, vemos um empreendimento que pode ser enquadrado na perspectiva dos golpes institucionais, considerando que isso diz respeito à corrosão interna das instituições através de uma narrativa que tem a tal PEC como pontapé inicial e logo será levada adiante através nos discursos analisados.

Através dessa empreitada, era possível notar que a PEC dificilmente seria aprovada pela Câmara dos Deputados, e se fosse, seria impossível implementar as mudanças até à realização das próximas eleições, tal como a proposta demandava. Esses pontos contribuem para o entendimento de que estava centrada no objetivo de constituir uma narrativa de contestação do resultado das eleições de 2022, caso o então presidente não conseguisse se reeleger, pois, se não fosse aprovada haveria o precedente de que sem ela não seria possível garantir a devida segurança do processo e caso fosse aprovada e o TSE não conseguisse implementar as mudanças dentro de um prazo bastante curto, também haveria um precedente para possíveis contestações, ou seja, o golpe institucional já estava posto e centrado no questionamento da segurança do voto eletrônico. A partir disso, a proposta foi derrotada em votação e o então presidente passou a discursar ativamente no sentido de questionar a segurança do voto eletrônico e a credibilidade do TSE em meio ao processo eleitoral. Assim, analisamos como esses discursos representam uma séria ameaça para a democracia visto que atacam justamente uma de suas bases mais importantes, buscando o descrédito de um sistema que representou importantes avanços para o país.

Nesse sentido, para compreender essa ameaça, foi preciso abordar a construção desses discursos e, para isso, realizamos uma análise dos discursos de Bolsonaro através de algumas obras do filósofo francês Michel Foucault. Na análise, destacamos que a produção discursiva de caráter antidemocrático se baseava em processo de seleção e exclusão histórica, pois ignorava os avanços conquistados a partir da implementação do voto eletrônico, que foi um fator central para a superação das fraudes eleitorais e pôde enfim garantir o sigilo do voto. Ademais, a produção também pode ser analisada pela perspectiva foucaultiana de uma vontade de verdade, que diz respeito à imposição de uma verdade pela exclusão de outras, e quando

digo “verdade” me refiro à noção foucaultiana de algo que é construído e moldado para atender aos interesses de quem apresenta o desejo de poder. Essa imposição pela exclusão se deu através da completa ignorância em relação ao discurso oficial apresentado pelo TSE, que destaca diversos procedimentos de segurança e auditoria que garantiam um processo eleitoral confiável e livre de fraudes. Isso estava relacionado ao fato do então presidente se encontrar na segunda colocação das pesquisas eleitorais e provavelmente ter enxergado nessa produção discursiva um meio para questionar um resultado desfavorável.

Essa noção de vontade de verdade está diretamente relacionada ao fenômeno contemporâneo da pós-verdade que culmina na difusão das Fake News. Nesse sentido, com pós-verdade me refiro a uma verdade que é produzida após os acontecimentos e busca se enquadrar nos sentimentos de determinados sujeitos, no desejo de que uma dada construção da verdade seja considerada factual. Nesse ponto, coube fazer uma diferenciação entre o campo do real e o campo da realidade, visto que enquanto um existe por si só, o outro é socialmente construído, e quando o campo da realidade se sobrepõe ao campo do real, temos a pós-verdade. Nessa perspectiva, os discursos de Bolsonaro podem ser inseridos nessa sobreposição, afinal vemos um apego a narrativas sem embasamento factual, visto que nunca foram apresentadas provas de suas suspeitas acerca do voto eletrônico. Além disso, foi analisada a difusão dessa pós-verdade através das redes sociais e dos grupos que podem ser associados ao conceito foucaultiano de doutrina.

Após a produção, foram destacadas as possíveis consequências desses discursos antidemocráticos, visto que após o resultado eleitoral de 2022 foi observado um cenário de caos em muitas localidades do país. Nesse contexto, se observava uma inconformidade entre os eleitores radicais de Bolsonaro, acerca do resultado eleitoral, e uma forte crença de que o processo havia sido fraudado. Essa reação tem o mesmo caráter da produção discursiva, visto que se pode notar o desejo de que o resultado não seja factual, mesmo que não tenha sido comprovada a fraude. Além disso, vemos que os discursos causaram um dano extremamente grave à democracia por promover o descrédito de um sistema que constitui a base fundamental do regime democrático, considerando que um dos maiores males desse discurso é a corrosão das instituições, algo que surge de dentro, visto que o sistema eleitoral foi utilizado por Bolsonaro na maior parte de sua carreira política e que logo ao chegar na presidência passou a atacá-lo ativamente. Por conseguinte, é possível notar que embora a produção discursiva não tenha atendido à continuidade do poder, causando grande frustração em seu propagador, ela resultou no ato de descredibilizar uma base essencial da democracia, em estimular um sentimento antidemocrático que se viu expresso nas ações dos sujeitos conduzidos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. A imprensa e a queda do governo de João Goulart. In: BRAGANÇA, A., MOREIRA, S.V. (Org.). *Comunicação, acontecimento e memória*. Intercom, 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Escritos em meio ao fogo: reflexões, intuições e aflições em torno do pós-golpe de Estado de 2016 e da ascensão de Jair Bolsonaro ao poder*. Campina Grande: EDUEPB, 2023.
- ANDRADE, E. R; Coriolano, J. F. *A vontade de verdade no discurso de candidatura do (não)político Trump*. Iniciação Científica CESUMAR, jul./dez. 2018, v. 20, n. 2, p. 221-234. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/6992/pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-42. (v. 04).
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Proposta de Emenda à Constituição 135/2019*. Acrescenta o §12 ao art. 14, da Constituição Federal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- BUGALHO, Henry. *Minha especialidade é matar: Como o Bolsonarismo tomou conta do Brasil*. Editora Kotter, 2020.
- CABREIRA, P. P. *As “Marchas da Família com Deus Pela Liberdade”*: uma análise da influência da Igreja Católica no golpe de 64. Anais do VI Congresso Internacional de História, 2013. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/166_painel_final.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Revista História*, São Paulo, n. 180, 2021. (p. 1-19). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/N3y4qtLG8XkgR3gKP9yvWbM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- DAL PIVA, Juliana. *O Negócio do Jair: a história proibida do clã Bolsonaro*. Editora ZAHAR, 2022.

DORNE, Vinícius Durval. Uma Verdade (In)Conveniente: a Produção Discursiva das Fake News. In: RESENDE, Haroldo de (Org.) *Michel Foucault: da produção de verdades ao governo da vida*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPQ, 2021. (p. 349-361).

EMPOLI, Giuliano da. *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio, 2019.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. A filosofia analítica da política. In: *Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (p. 37-55).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (p. 1-14).

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. 1982. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (p. 231-249).

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. Quando o comunismo bate à porta: a Guerrilha de Caparaó e o medo desenvolvido pela população local em relação aos guerrilheiros. *Revista de História*, São Paulo, n. 156, p. 261-294, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19056>. Acesso em: 27 ago. 2023.

HARARI, Yuval Noah. *21 Lições para o Século 21*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: 1808-1910*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (v. 03).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

RUBIM, L; ARGOLO, F. (Org). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018.

SANTAELLA, Lucia. *A Pós verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018.

SANTANO, Ana Cláudia. As narrativas e as necessidades: o sistema eletrônico de votação brasileiro a partir de uma análise de política pública. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, ano 22, n. 88, p. 75-101, abr./jun. 2022. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1587>. Acesso em: 31 ago. 2023.

SCHWARCZ, Lilia. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Cris Guimarães Cirino da. *O bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro*. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TAVARES, A. R.; MOREIRA, D. R. R. O voto eletrônico no Brasil. *Estudos Eleitorais / Superior Tribunal Eleitoral*, v. 06, n. 03, set./dez. 2011. (p. 10-32). Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/1581/2011_tavares_voto_eletronico_brasil?sequence=1. Acesso em: 31 ago. 2023.